

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

BRUNA CORDEIRO KREPPI

OS PRINCIPAIS INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS UTILIZADOS E OS
DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA - PR.

PONTA GROSSA

2024

BRUNA CORDEIRO KREPPI

OS PRINCIPAIS INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS UTILIZADOS E OS
DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA - PR.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social.

Professora: Dr^a. Jussara Ayres Bourguignon

PONTA GROSSA

2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de começar agradecendo a Deus que me concedeu a oportunidade de trilhar esse caminho, concedendo-me serenidade e força para concluir mais essa etapa da minha vida.

A minha mãe, Mara Cordeiro, meu porto seguro, meu exemplo de vida e de perseverança. Você, que abdicou de muitas coisas, que trabalhou incansavelmente para me proporcionar o melhor da vida, que me ensinou o valor da honestidade, do cuidado com o próximo e que me ensinou a valorizar sempre os momentos em família. A Sra. mãe, me apoiou em cada decisão, me incentivou em cada desafio e me amparou em cada queda. Você é a minha base, minha fortaleza, a mulher que eu me inspiro a cada dia, meu orgulho. Eu te amo mais que tudo, muito mais do que você possa imaginar e do que essas palavras possam expressar.

Aos meus irmãos, meus gêmeos favoritos, Henrique e Sophia que sempre me proporcionaram boas risadas com suas façanhas. Agradeço por cada abraço, por cada momento de diversão.

As demais pessoas da minha família, meus primos, meus avós e tios, e aos meus amigos que sempre me proporcionaram alegria nos momentos difíceis.

Aos meus professores e profissionais de Serviço Social, que me conduziram nessa jornada acadêmica, sou extremamente grata pelos ensinamentos, incentivos e por acreditarem no meu potencial. Em especial a minha orientadora, Professora Jussara Ayres Bourguignon, meu eterno agradecimento pela sua paciência, sabedoria e competência, a senhora foi uma pessoa fundamental para a realização deste trabalho.

Muito obrigado a todos que estiveram ao meu lado na conquista deste sonho.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como objetivo geral identificar os instrumentais técnico-operativos utilizados pelas Assistentes Sociais que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR e os principais desafios enfrentados pelas mesmas. Como objetivos específicos apresenta: descrever a política de educação; caracterizar o Serviço Social enquanto profissão e a sua inserção na política de educação e compreender os Instrumentais técnicos-operativos utilizados pelas Assistentes Sociais na Política de Educação. Dessa maneira, a metodologia de pesquisa é de natureza qualitativa, a qual utilizou o Estudo de Caso, a pesquisa bibliográfica, documental, a observação, a entrevista semi-estruturada, baseando-se nos cuidados éticos em pesquisa e a análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa ficaram organizados em três capítulos: “Serviço Social na Contemporaneidade e as Dimensões da Profissão”; “A Política Pública de Educação no Brasil”; e o “Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação em Ponta Grossa/PR”. Nessa perspectiva, a pesquisa procura demonstrar o impacto e a contribuição da atuação dos profissionais de Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.

Palavras Chaves: Serviço Social na Educação; Prática Profissional do Assistente Social; Instrumentais Técnico-Operativos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Evolução da taxa de analfabetismo no Brasil referente ao período de 2016 a 2023.....	33
Figura 2 -	Evolução da taxa de escolarização no Brasil referente ao período de 2016 a 2023.....	34
Figura 3 -	População de 4 a 17 anos que não completou a Educação Básica e que está fora da escola, Brasil e regiões, 2019.....	35
Figura 4 -	Mapa do Estado do Paraná com Destaque ao Município de Ponta Grossa.....	42
Figura 5 -	Posição dos Estados Brasileiros Segundo o IDHM.....	43
Figura 6 -	A Importância do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM.....	44
Figura 7 -	Organograma da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.....	51

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 -	População de 4 a 17 anos fora da escola no Brasil em 2019.....	35
Quadro 2 -	População Censitária de Ponta Grossa-PR segundo o tipo de domicílio e sexo.....	42
Quadro 3 -	Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - 2010.....	45
Quadro 4 -	Evolução do IDHM no Município de Ponta Grossa - PR.....	46
Quadro 5 -	Índice de Gini da renda domiciliar per capita no Município de Ponta Grossa - PR no ano de 1991, 2000 e 2010.....	47
Quadro 6 -	Famílias Cadastradas no Cadastro Único.....	47
Quadro 7 -	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Ponta Grossa - PR referente ao Ensino Fundamental - anos iniciais.....	49
Quadro 8 -	Atendimento Geral da Rede de Educação de Ponta Grossa - PR.....	57
Quadro 9 -	Quantitativo de Escolas e CMEIs da rede municipal de ensino de acordo com os bairros do município de Ponta Grossa - PR.....	58
Quadro 10 -	As principais demandas para o Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.....	64
Quadro 11 -	Os Instrumentais Técnico-Operativos utilizado nas Intervenções do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.....	70
Quadro 12 -	A seleção e adaptação dos Instrumentais Técnico-operativos utilizados nas intervenções realizadas pelo Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.....	76
Quadro 13 -	O auxílio dos Instrumentais Técnico-operativos no planejamento e execução das intervenções realizadas pelo Serviço Social na Secretaria Municipal de educação de Ponta Grossa - PR.....	77
Quadro 14 -	Dificuldades encontradas no cotidiano das intervenções do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.....	78
Quadro 15 -	Dificuldades com relação a execução dos instrumentais Técnico-operativos do Serviço Social na Secretaria Municipal de Ponta Grossa - PR.....	80
Quadro 16 -	Contribuições do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CEI	Centro de Educação Infantil
CF/88	Constituição Federal de 1998
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIAC	Centro Integrado de Atendimento à Criança
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COVID - 19	Coronavírus SARS-CoV-2
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases Nacional
OMS	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
RCIPEA	Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
SISREG	Sistema Nacional de Regulação
SME	Secretaria Municipal de Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E AS DIMENSÕES DA PROFISSÃO.....	13
1.1 SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	13
1.2 AS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA, ÉTICO-POLÍTICA E TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL.....	20
CAPÍTULO 2 A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	28
2.1 EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL, DE TODOS, UNIVERSAL E GRATUITO.....	28
2.2 CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO NÍVEL FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.....	38
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR.....	41
2.4 CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA - PR.....	50
2.5 EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR.....	54
2.5.1 Níveis de Educação no Âmbito Municipal.....	55
CAPÍTULO 3 SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM PONTA GROSSA/PR.....	62
3.1 Reflexões sobre a Prática Profissional do Serviço Social na Secretaria.....	62
3.1.1 As Principais Demandas para o Serviço Social na Política Pública de Educação de Ponta Grossa - PR.....	63
3.1.2 Os instrumentais Técnico-Operativos Utilizados pelos Serviço Social na Política de Educação.....	69
3.1.3 Dificuldades Enfrentadas no Cotidiano do Serviço Social.....	78
3.1.4 Contribuição do Serviço Social para o atendimento das demandas na Secretaria Municipal de Educação.....	83
CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E).	105
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	108
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - PR..	110
ANEXO B - TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE.....	115
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO.....	117

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é resultado da busca por compreender os instrumentais técnico-operativos e os desafios enfrentados pelas profissionais de Serviço Social que estão inseridas na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR. A pesquisa procura compreender como os instrumentais técnico-operativos auxiliam no exercício das Assistentes Sociais e abordando as dificuldades e particularidades presentes em suas práticas diárias.

Desse modo, a construção do trabalho deu-se através da elaboração de um projeto de pesquisa, sendo definido então o objeto de estudo: os instrumentais técnico-operativos utilizados pelos profissionais de Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR, bem como os desafios enfrentados por essas profissionais no exercício de suas atividades.

Sendo assim, após definição do objeto de estudo, foi realizada uma problematização a partir do mesmo, com a finalidade de responder algumas questões como: Como se dá a política de educação no município de Ponta Grossa - PR? Qual a importância da inserção do Serviço Social na Política de Educação? Quais os principais instrumentais técnico-operativos utilizados pelas Assistentes Sociais na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR ? Quais os desafios que as Assistentes Sociais se deparam no cotidiano dentro da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR?.

Nessa perspectiva, para atender os questionamentos mencionados acima, foram definidos objetivos para a construção do trabalho. Sendo o objetivo geral: Identificar os instrumentais técnico-operativos utilizados pelos profissionais de serviço social e os principais desafios enfrentados na política de educação na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR; e os objetivos específicos:

- Descrever a Política de Educação no Brasil;
- Detalhar o Serviço Social enquanto Profissão e a sua inserção na política de educação;
- Caracterizar a Educação Fundamental do Município de Ponta Grossa - PR;
- Refletir Sobre o Serviço Social na Secretaria Municipal de Ponta Grossa - PR;

- Compreender os Instrumentais técnico-operativos utilizados pelos Assistentes Sociais na Política de Educação de Ponta Grossa - PR;
- Verificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais dentro da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.

Minayo (2002, p. 16) reflete que a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Nesse sentido, a metodologia do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) envolve uma pesquisa qualitativa buscando demonstrar a complexidade e as contradições dos fenômenos singulares, demonstrando as questões vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa (Martinelli, 1999).

Além disso, no que se refere a pesquisa, para a mesma foi utilizado o Estudo de Caso, pois assim como salienta Quimelli (2009), o mesmo aliado a prática permite a avaliação dos dados coletados no contexto pesquisado, possibilitando relacionar a teoria e prática, avançando nos conhecimentos das práticas profissionais por meio acadêmico, resultando em compreender fenômenos sociais complexos. Sendo assim, como ressalta Tormes, Monteiro e Moura (2018), o Estudo de Caso utilizado na referida pesquisa será de caráter descritivo e exploratório, o descritivo por tratar-se de discorrer o fenômeno estudado no cenário da vida cotidiana e o exploratório por estudar o fenômeno em questão que não apresenta um conjunto de dados únicos.

Sendo assim, os demais processos metodológicos que foram utilizados para alcançar os referidos objetivos propostos para o trabalho foram: Pesquisa Bibliográfica, Documental, as Entrevistas semi-estruturadas e a Análise de Conteúdo.

A pesquisa bibliográfica, assim como discorre Lima e Mioto (2007) , relaciona-se quando a pesquisa se aproxima do intuito de obter fontes bibliográficas, possibilitando ao pesquisador um amplo alcance de informações. Sendo assim, a pesquisa se fundamentou em alguns autores como: Guerra (2017), Iamamoto (2010), Conselho Federal de Serviço Social (2001), Lavoratti e Costa (2016), Trindade (2017), Yazbek (2009), entre outros.

Com relação a pesquisa documental, como ressalta Bourguignon (2019) , permite a coleta de documentos que registram informações autênticas, possibilitando assim a expressão de diversas informações. Sendo assim, foram utilizados algumas Leis e planos governamentais, como: A Constituição Federal (1988), o Estatuto da

Criança e do Adolescente (1990), Plano Municipal da Educação (2015-2025), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), entre outros.

A respeito do universo da pesquisa a mesma deu-se na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR, onde os sujeitos participantes da pesquisa foram as Assistentes Sociais, onde duas estão inseridas na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR, e uma no no Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Inclusiva Superação da Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa - CIAC Superação. A escolha das mesmas deu-se pelo número pequeno de Assistentes Sociais atuantes na política de educação.

A proposta de pesquisa passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Em um primeiro momento foi realizado o cadastro na Plataforma Brasil, preenchendo assim todas as informações necessária e por conseguinte realizou-se a submissão do Projeto de Conclusão de Curso, juntamente com o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual consta no apêndice A e o Termo de Anuência da Instituição Co-participante, o qual consta no anexo B, bem como a aprovação da Plataforma Brasil (parecer nº 6.921.534), o qual consta no anexo A.

Sendo assim, devemos ressaltar que o trabalho contou com os cuidados éticos em pesquisa, como ressalta Barroco (2003), demandam de cuidados durante todo processo de formação profissional, evidenciando-se desde a graduação. Assim as resoluções Nº 510 e Nº 466, visam a proteção do pesquisador e também dos sujeitos pesquisados ao longo do trabalho, para que se possa respeitar a construção humana, histórica, social e cultural de cada indivíduo.

Para a realização da pesquisa de campo, como forma de coleta de dados foi realizada uma entrevista semi-estruturada a qual consta no apêndice B. Como discorre Silva, Macêdo, Rebouças e Souza (2006), essa metodologia proporciona ao pesquisador uma melhor forma de coleta de dados, onde os mesmos são evidenciados de forma mais aprofundada, possibilitando o contato com o sujeito e a privacidade.

Para o tratamento dos dados coletados, foi utilizado a análise de conteúdo, sendo utilizado os três pólos cronológicos que Bardin (1999, p. 95-102) categoriza, a primeira é a pré-análise, sendo a fase de organização, a leitura, a escolha dos materiais, a formulação do objetivo, a referenciação e a elaboração dos índices e a última, a preparação do material ; a segunda é a exploração do material, onde

deverá constar a aproximação dos conteúdos e agrupá-los de acordo com a sua finalidade; e a terceira é o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, sendo a síntese e seleção dos resultados, a interferência e a interpretação.

Desse modo, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está organizado em 3 (três) capítulos, sendo o primeiro intitulado “Serviço Social na Contemporaneidade e as Dimensões da Profissão”, tem como objetivo demonstrar o Serviço Social na contemporaneidade, discorrendo sobre os desafios contexto da globalização e enfrentados pelos profissionais. Mudanças essas afetam diretamente tanto os Assistentes Sociais quanto os usuários do serviço, que trabalham diariamente com as múltiplas expressões da questão social, como a exclusão econômica, a pobreza, e as desigualdades. Além disso, busca-se também discutir as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que compõem a prática profissional, compreendendo como essas dimensões orientam a atuação do profissional, alinhando a teoria à prática.

Com relação ao segundo capítulo intitulado “A Política Pública de Educação no Brasil”, tem como intuito refletir sobre o direito à educação no Brasil, sendo um direito social, universal e gratuito, tendo como recorte temporal a Constituição Federal de 1988. Sendo assim, procura-se demonstrar a materialização desse direito conforme a LDB (1996), o ECA (1990), entre outros, refletindo que a educação também desempenha um papel crucial na promoção da equidade social, na redução das desigualdades.

O terceiro capítulo, tem como título “Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação em Ponta Grossa - PR” em um primeiro momento é discorrido sobre as características dos dos sujeitos participantes da pesquisa, na sequência, fomentar a discussão acerca dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social e evidenciar os desafios enfrentados pelas profissionais de Serviço Social na política de educação.

Sendo assim, a partir das entrevistas realizadas, foram sistematizados os dados, elencando as categorias de análise em quadro, as quais são: “As principais demandas para o Serviço Social na Política Pública de Educação”; “Os instrumentais técnico-operativos utilizados pelo Serviço Social na Política de Educação de Ponta Grossa - PR”; “As dificuldades Enfrentadas no Cotidiano do Serviço Social”; e “A Contribuição do Serviço Social para o Atendimento das Demandas na Secretaria Municipal de Educação”.

Portanto, a pesquisa evidencia a relevância da atuação dos profissionais de Serviço Social na política educacional, discorrendo os desafios enfrentados pelos mesmos, bem como os instrumentais técnico-operativos utilizados nas intervenções. Destacando assim, as contribuições relevantes trazidas pelas Assistentes Sociais inseridas na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.

CAPÍTULO 1

SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E AS DIMENSÕES DA PROFISSÃO

Esse primeiro capítulo, no seu primeiro momento tem como objetivo descrever o Serviço Social na contemporaneidade, destacando algumas questões que se colocam como desafios para a profissão no atual cenário.

Na sequência, foi elucidado as dimensões teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, destacando pontos fundamentais que complementam a formação e a prática do Assistente Social em seu cotidiano.

Dessa maneira, a partir do que foi evidenciado o primeiro capítulo pontua aspectos que do Serviço Social enquanto profissão, abordando questões se colocam na atualidade e discorrendo sobre as dimensões teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa as quais norteiam o Assistente Social, alinhando a prática e a teoria.

1.1 SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

É no contexto da globalização¹ mundial sobre o arranjo entre o capital industrial e o capital financeiro que se evidenciam os novos padrões de gerir o trabalho. Assim como ressalta Yazbek (2009), é nesse contexto que o profissional de Serviço Social enfrenta o desafio de decifrar as questões colocadas pelo capitalismo contemporâneo, nas relações novas de trabalho e na desestruturação dos sistemas de proteção social e da política social em geral.

Desse modo, se reitera o agravamento das múltiplas expressões da questão social, se reafirmando nos novos tempos em que a acumulação de capital não se faz parceira da equidade.

Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada. Exclusão social esta que se torna, contraditoriamente, o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e a

¹ Costa (2005, p. 119) discorre que o processo de globalização é algo complexo e difícil de mensurar ou conceituar, não evidenciado ainda um arcabouço teórico definido, uma vez que o termo utilizado faz referência a vários fenômenos e fatores que definem “as relações internacionais e afetam os diferentes aspectos da vida social, tais como a economia, a comunicação, a tecnologia, a cultura, a religião etc”.

exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado (Iamamoto, 2010, p.18).

Nessa perspectiva da atual desenvoltura do quadro sócio-histórico onde se evidencia a exaltação do mercado de consumo, não se pode deixar que a discussão do trabalho do Assistente Social se reduza a pano de fundo, mas que se atravesse paralelamente com o cotidiano da sociedade com as suas mais diversas modificações, estabelecendo condições do trabalho do profissional com as condições de vida dos sujeitos usuários dos serviços.

Sendo assim, como ressalta Piana (2009) as intensas manifestações da questão social, decorrentes das crises econômicas e políticas, demandaram que a profissão se adequasse às novas demandas sociais, se sobrepondo assim a crítica do conservadorismo profissional.

Dessa maneira, antes de tratarmos mais sobre as múltiplas expressões da questão social que se reverberam no cotidiano da sociedade vamos verificar o que é entendido por questão social segundo Iamamoto (2010, p.27)

Como já foi referido, o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Iamamoto (2010) ainda salienta que apesar de existir uma gama de produtos variados no mundo todo, são poucas as pessoas da sociedade as quais possuem condições de acesso, pois a produção dessas mercadorias apesar de ser um resultado de um conjunto de esforços entre os trabalhadores ainda se configura com uma distribuição desigual da riqueza entre os grupos e as classes sociais nos vários países.

Tonet (2009) ressalta que a grande contradição entre a vasta capacidade produtiva na contemporaneidade é de tornar essa produção acessível a toda humanidade. Todavia, o autor discorre que essa questão não é sanada por inúmeros motivos como:

O modo dominante de pensar costuma atribuir a impossibilidade de disseminação da riqueza por toda a sociedade a muitos motivos: falta de vontade política, falta de recursos, má administração dos recursos existentes, corrupção, incompetência, etc. [...] O capitalismo necessita da escassez como um elemento vital para a sua reprodução. Uma produção abundante – tornada possível pela atual capacidade tecnológica [...] Isso porque uma oferta abundante rebaixaria tanto os preços que os capitalistas simplesmente deixariam de ganhar dinheiro. O que, obviamente, não interessa a nenhum deles. Assim, o sistema capitalista tem que manter a escassez, mesmo que milhões de pessoas sofram as mais terríveis consequências, uma vez que o seu “objetivo” é a sua reprodução e não o atendimento das necessidades humanas (Tonet, 2009, p.3-4).

Desse modo, a crescente concentração e acumulação de capital repercutem no pauperismo e nas mais diversas questões que se reverberam na sociedade, afetando uma parte considerável da população (Iamamoto, 2010).

Tonet (2009) descreve que a acumulação do capitalismo e a apropriação da riqueza, resulta em uma questão inevitável da degradação da vida humana. Sendo assim, a miséria, a fome, pobreza e todo o conjunto do que o autor chama de “cortejo de horrores” (Tonet, 2009, p.5) é gerado pela falta de acesso às políticas sociais de qualidade para a manutenção da vida, para que os sujeitos possam desfrutar de uma realidade digna a ser vivida.

Como discorrido anteriormente, em contraponto das milhares de pessoas que vivem em condições precárias, uma parcela pequena da população usufrui e concentra em suas mãos toda riqueza produzida

que esbanja em luxos e superfluidades desmedidas, que se cerca de muralhas de segurança sempre maiores, que faz belos gestos e belos discursos, mas que não pode, porque não depende de boas intenções nem de “vontade política”, eliminar esse fosso progressivo entre a minoria, rica e parasita, e a maioria, pobre, – que produz a riqueza (Tonet, 2009, p.4).

Na sociedade em que vivemos, fica evidente essa precarização do acesso a condições básicas, grupos inteiros de pessoas são obrigados a viver em condições degradantes, por não possuírem ou possuírem um acesso precarizado à saúde, educação, alimentação, saneamento básico, entre outras (Tonet, 2009).

É nessa perspectiva, como ressalta Iamamoto (2010) das expressões da questão social que os Assistentes Sociais trabalham, tais como na relação dos sujeitos com o trabalho, família, saúde, educação, entre outros. Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social se faz fundamental nos dias de hoje, para que o profissional de Serviço Social além de apreender as desigualdades sociais que tecem no mundo contemporâneo, suas produções e

reproduções, também sejam capazes de formular ações que sejam capazes de fornecer suporte a resistência da vida humana.

Nessa perspectiva, aperfeiçoar-se sobre a questão social é compreender as formas de intervenções sociais, pois é no meio das vidas construídas no cotidiano que se tem compreensão totalizante da sociedade, pois são essas novas formas de viver que se aponta um futuro que está se desenvolvendo (Iamamoto, 2010).

Yazbek (2009) salienta sobre a contribuição dos Assistentes Sociais nessas últimas décadas para a construção de uma cultura do direito à cidadania, se sobrepondo ao conservadorismo existente na sociedade, considerando assim as políticas sociais como mecanismos concretos “de construção de direitos e iniciativas de ‘contra-desmanche’ nessa ordem social injusta e desigual” (Yazbek, 2009, p.24).

A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Ela também redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, as bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho por meio das quais se realiza o consumo dessa força de trabalho especializada (Iamamoto, 2009, p.14).

Sendo assim, se apresentam à profissão as demandas e requisições sociais, as quais se incidem no cotidiano dos indivíduos, e são essas forças contraditórias que desracam-se na dinâmica das relações sociais que se sobrepõem às bases reais para a renovação do estatuto da profissão. (Iamamoto, 2009).

Somos profissionais que trabalhamos entre estrutura, conjuntura e cotidiano, porém é no cotidiano que se movem as nossas ações profissionais, que o nosso trabalho profissional se realiza [...]. Independentemente do nosso campo de ação, até por dever de ofício, temos de acompanhar o movimento histórico da sociedade e da profissão nesse contexto. A nenhum de nós, assistentes sociais, devem ser estranhas as questões que se relacionam à condição humana, à vida das pessoas em sociedade, à cultura dos sujeitos, aos seus modos de viver, de lutar, de resistir, de desfrutar do lazer e, especialmente, de reivindicar direitos (Martinelli, 2011, p.2).

Iamamoto (2009) salienta que o Serviço Social Brasileiro contemporâneo apresenta um aperfeiçoamento de seu aspecto acadêmico e profissional.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela

afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais (Iamamoto, 2009, p.4).

Dessa maneira, apesar dos aperfeiçoamentos da profissão na atualidade, é necessário reafirmar questões históricas, as quais foram fundamentais para se construir um projeto profissional inovador e crítico, e que o compromisso dos profissionais deve sempre estar alinhado com as iniciativas coletivas, pela conquista, ampliação e efetivação dos direitos e da cidadania, questões históricas essas que tem como base a tradição marxista (Iamamoto, 2009).

Assim como ressalta o CRESS (2023) a Lei 8.662 de 1993, a qual regulamenta a profissão do Assistente Social e o Código de Ética da profissão, são instrumentos históricos normativos fundamentais para a atuação e também para o fortalecimento do Projeto Ético Político.

Ser uma profissão regulamentada significa não só ter sua atividade valorizada e reconhecida pelo Estado e pela sociedade em geral, mas também assumir publicamente o compromisso e o dever de atender a normas e exigências legais que contribuem para melhor prestação de serviços à população usuária (Conselho Regional de Serviço Social, 2023, p.2).

Sendo assim, os avanços conquistados pelo Serviço Social, constituem-se em marcos para a profissão, proporcionando ao Assistente Social uma direção para uma atuação mais comprometida com o Projeto Ético Político e caracterizando uma ação mais científica, voltada para uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social.

Martinelli (2011) discorre que o Serviço Social é uma profissão ligada intrinsecamente com a história, reconhecendo assim, que a mesma tem um significado sócio-histórico, a qual passa por impactos e transformações societárias, ao mesmo tempo em que se produz, também causa repercussões nos processos sociais, na formulação de políticas e nos modelos de intervenções profissionais.

As identidades profissionais, nesse sentido, jamais poderão ser processos reiterativos, de reprodução de práticas já produzidas. Muito ao contrário, são movimento dialético, são sínteses sempre provisórias, porque históricas, de múltiplas determinações. São expressões materiais e concretas do projeto

ético-político profissional, como construções que são de sujeitos coletivos, em contextos históricos determinados (Martinelli, 2011, p.4).

A autora ainda reitera, que a noção de sujeitos coletivos não são pensados apenas pelos Assistentes Sociais e os sujeitos aos quais procuram pelos serviços, mas o acompanhamento da situação histórica a qual os indivíduos estão inseridos deve estar presente nos diferentes âmbitos que os profissionais realizam sua prática como no campo da pesquisa, das instituições de ensino onde se localizam os docentes e estudantes de Serviço Social, os gestores, profissionais de campo, entre outros.

Sujeitos coletivos expressam consciências partilhadas, são sujeitos que lutam por vontades históricas determinadas. Por isso é tão importante o conhecimento das cambiantes dinâmicas societárias, das múltiplas expressões da questão social. Tomá-la por base da requisição da profissão pela sociedade coloca a exigência da permanente interlocução com a história. A questão social é histórica por natureza, condensa lutas sociais de sujeitos individuais e coletivos no enfrentamento das desigualdades e opressões da sociedade do capital nos vários momentos da história (Martinelli, 2011, p.5)

Na contemporaneidade, vivemos uma intensa crise do capital e com essa questão surge a instabilidade no mercado de trabalho, acompanhado pelas desigualdades que se repercutem no cotidiano e com a intensa dificuldade dos indivíduos em acessar seus direitos sociais e os bens socialmente produzidos (Martinelli, 2011).

Iamamoto (2010) salienta que um dos aspectos centrais da questão social na atualidade é o desemprego e a precarização ocasionada nas relações de trabalho. Com isso cresce as inseguranças, como a insegurança de renda, insegurança de emprego, a insegurança da representação no mercado de trabalho, como as organizações sindicais, entre outras.

Enfim, o que está em jogo é um novo ciclo de profundas transformações que envolvem tanto as forças produtivas como as relações de produção. Nesse complexo emaranhado, as próprias profissões fragilizam-se, enquanto construções coletivas, correndo o risco de perder-se em trajetos solitários (Martinelli, 2011, p.6)

Desse modo, a globalização, que é a grande responsável pela desigualdade e a exclusão social, evidencia cada vez mais a prática da exposição das atividades econômicas nacionais, colocando-a a competição extrema e incorporando

tecnologias para a elevação de padrões de produtividade e poupando a mão-de-obra.

As raízes do crescimento do desemprego estão associadas a um processo de globalização financeira, fazendo com que a lógica da valorização financeira predomine nas decisões do empresariado, que passam a ser guiadas não pelo lucro operacional, mas pela variação do câmbio e dos juros. Sendo essas taxas fixas, restam possibilidades de alterações nos salários como recurso para ampliar a rentabilidade (Iamamoto, 2010, p.115).

Sendo assim, o governo coloca a redução de salários e tantas outras questões como justificativa o combate ao desemprego e a redução dos encargos sociais das empresas, o que na verdade, esse discurso fica velado por trás da real intenção, a qual se coloca a redução dos direitos sociais dos trabalhadores. Se mantendo assim, a real intenção dos ganhos financeiros e não o aumento da economia, origem da geração de empregos.

No âmbito mais específico do trabalho, essa crise atual do capital leva a uma crescente diminuição do trabalho formal, por causa da introdução de novas tecnologias e da nova organização da produção. O resultado disso é o aumento do desemprego e, com isso, também o aumento do trabalho informal. Cresce também a precarização do trabalho, com a erosão de direitos trabalhistas adquiridos ao longo de muitas lutas. Agregue-se a isso, ainda, o retorno de formas primitivas de trabalho, incluindo até formas escravistas (Tonet, 2009, p.7).

Frente a essas questões elencadas sobre a precarização do trabalho na contemporaneidade, devemos ressaltar que os profissionais de Serviço Social estão sujeitos a passar por essas condições como todas as demais categorias.

O problema da insegurança do trabalho ou da redução de postos de trabalho não é peculiar ao Assistente Social: o seu enfrentamento exige, ao contrário, ações comuns que fortaleçam a capacidade de articulação e organização mais ampla de coletivos de trabalhadores, contrarrestando a desarticulação política e sindical, amplamente estimulada pelas políticas de cunho neoliberal. Por outro lado, não significa perder de vista incidências específicas, que estão afetando diretamente o mercado de trabalho e o espaço ocupacional dos assistentes sociais, alterando-o no bojo das mudanças macro-societárias (Iamamoto, 2010, p.118-119).

Assim como evidencia a autora, os Assistentes Sociais e as demais categorias que são funcionários públicos vêm sofrendo os efeitos da reforma do estado, com os desmontes nas políticas e na precarização do trabalho, o que resulta na diminuição de concursos públicos, na demissão de funcionários que não são

estáveis, na terceirização acompanhada pela contratação precária, temporária, na diminuição de direitos, entre outras.

Dessa maneira, uma questão central que coloca-se em destaque para os profissionais de Serviço Social nos dias de hoje é a atualização e o fortalecimento e a consolidação do projeto político-profissional da profissão e de como atualiza-lo nos dias atuais sem que se abdique da dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que norteiam a profissão (Iamamoto, 2010).

Sendo assim, na sequência será mencionado de forma mais aprofundada essas três dimensões que norteiam a profissão do Assistente Social, sendo teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, colocando em evidência as questões que se colocam nos dias atuais, as quais percorrem o cotidiano do profissional de Serviço Social.

1.2 AS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA, ÉTICO-POLÍTICA E TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

As diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), compreendem que a intervenção do profissional de Serviço Social deve ser composta pelas três dimensões, sendo a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais proporcionam ao Assistente Social diferentes níveis de compreensão da realidade. Todavia, as mesmas são inerentes umas às outras, ocorrendo uma complementação entre elas apesar das suas particularidades.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho² (ABEPSS, 1996, p.13).

A compreensão então não se trata apenas da construção do fazer, mas da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando as especificidades do trabalho do Assistente Social nos seus mais diversos espaços de atuação. Dessa

² Assim como destaca Behring (2009) o processo de trabalho é compreendido da seguinte maneira: “Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política, a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social e de suas expressões” (Behring, 2009, p.6).

maneira, as técnicas da intervenção do Assistente Social pautam-se em quatro aspectos, sendo fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer.

Não obstante a estas determinações que configuram a dimensão política da profissão, na qual o Serviço Social se constitui como uma das técnicas ou tecnologias sociais, não se pode subestimar o papel do sujeito. Toda intervenção profissional é uma ação teleológica que implica uma escolha consciente das alternativas objetivamente dadas e a elaboração de um projeto no qual o profissional lança luzes sobre os fins visados e busca os meios que, a seu juízo, são os mais adequados para alcançá-los. (Guerra, 2017, p.13-14)

Sendo assim, as três dimensões se constituem de níveis diferenciados de apreensão da realidade, mas são indissociáveis entre si e apesar de suas particularidades, as mesmas acabam formando uma unidade.

As Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), afirma que a realidade deve ser compreendida como o local onde encontra-se os elementos teóricos do estudo do Serviço Social, os quais exigem um estudo detalhado para que se possa aprofundar acerca da realidade, a qual é composta por múltiplas determinações.

Assim como salienta Costa (2008), o Serviço Social procura proporcionar sustentação a sua matriz teórico-metodológica, a qual possa viabilizar uma leitura crítica da realidade social, fornecendo assim, parâmetros e subsídios para a intervenção profissional.

O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p.10).

Desse modo, é necessário compreender a distinção entre a concepção teórico-metodológica e as estratégias, técnicas e procedimentos da intervenção profissional. Não se pode confundir o processo de ação de uma estrutura única com a metodologia. A abordagem teórico-metodológica requer o uso de estratégias e procedimentos específicos para que se possa implementar a prática profissional, ou seja, não se deve limitar a dimensão teórico-metodológica a simples diretrizes, etapas ou procedimentos na execução das atividades profissionais (Costa, 2008).

A teoria assim, não se limita a ser aplicada diretamente a realidade, pois ela consiste na reconstrução, no nível do pensamento, do movimento real, capturando suas contradições, tendências, relações e diversas determinações. Esse processo se faz necessário, pois na sociedade capitalista a prática social não se revela de forma imediata, reiterando assim, a necessidade metodológica de compreender as múltiplas determinações e relações de uma totalidade que se faz histórica.

Dessa maneira, a questão teórico-metodológica vai além de um esquema de procedimentos operativos, uma vez que diz respeito ao modo de ler, de interpretar, de se relacionar com o ser social. [...] Assim, encontra-se estreitamente imbricada à maneira de explicar essa sociedade e aos fenômenos particulares que a constituem (Costa, 2008, p. 52).

Sendo assim, o Serviço Social brasileiro apresenta como pressuposto a incorporação da teoria social crítica e do método materialista-histórico-dialético, como orientação teórico-metodológica. Dessa maneira, essas questões sustentam a leitura da realidade, formada de vários complexos, evidenciando a totalidade formada pelas múltiplas determinações, pela dinâmica da sociedade e suas constantes transformações (Costa, 2008).

Ao nos apropriarmos do método do materialismo histórico dialético, apreendemos que o real é um todo complexo, histórico e contraditório. Mas é a teoria social crítica de Marx que nos possibilita essa leitura dinâmica e histórica da sociedade burguesa. Em que, ao ser apropriada pelo sujeito, desmistifica a naturalização dessa sociabilidade que produz e reproduz a desigualdade social (Salazar, 2018, p. 7).

Desse modo, o Assistente Social apreende a dinâmica social, compreendendo as demandas que se fazem presente na realidade e que se encontram nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Neste sentido, é nos fundamentos históricos e teórico-metodológicos que iremos apreender como a “questão social” é indissociável das novas configurações que assume o trabalho no atual contexto do modo de produção capitalista. Tal tarefa nos leva a compreender tanto o nosso lugar de assistente social, enquanto trabalhadora/or assalariada/o, que está circunscrito à dinâmica do capital, quanto a compreensão do agravamento da questão social nas condições de vida da população usuária dos serviços sociais. Ou seja, no contexto da sociabilidade do capital, a realidade exige a unidade teoria/prática na apreensão necessária das contradições que perpassam sempre o nosso trabalho profissional. Do ponto de vista das respostas que vamos dar, buscando enfrentar as expressões da questão social, essa análise é central para que possamos ter clareza dos limites que teremos neste contexto. Mas também das possibilidades diante de uma racionalidade dialética que

nos impulsiona a pensar e criar novas estratégias de intervenção no enfrentamento da questão social (Salazar, 2018, p. 5).

Posto isso, o desenvolvimento da capacidade investigativa do profissional de Serviço Social se faz necessária, uma vez que a realidade social não se desvela de maneira repentina, mas as mediações permitem que se possa adentrar e compreender de uma melhor forma sua complexidade, permitindo assim, que se revele suas contradições e se vá além do que está posto.

Com relação a dimensão ético-política, Yamamoto (2010) ressalta que a dimensão ética não pode ser pensada isoladamente ou de forma desvinculada da política, ou seja, a autora enfatiza que o trabalho do profissional de Serviço Social tem como primazia a construção de sujeitos coletivos em uma sociedade livre e democrática.

Considera a dimensão política articulada à dimensão ética do exercício profissional, uma vez que se posiciona a favor da equidade e da justiça social na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços; da ampliação e consolidação da cidadania como condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras e do princípio democrático da socialização da participação política e social da riqueza socialmente produzida (Costa, 2008, p. 57).

Dessa maneira, compreende-se a dimensão ético-política como valores que legitimam a profissão do Assistente Social, onde os mesmos determinam o modo de atuação do profissional, conhecendo e aprimorando-se ao conjunto de habilidades e técnicas para atendimento da população ou instituição em que está inserido.

Nessa perspectiva, Silva e Caputi (2019) evidencia que nas décadas de 1980 e 1990 a profissão do Assistente Social amadureceu a sua dimensão ética, colocando-se enquanto coletivo profissional que responde às demandas complexas as quais exigem uma reflexão e atuação sistêmica específica, compreendendo assim a construção da ética como algo inerente “ao novo ethos profissional, que deve constituir-se desde o processo de formação até o exercício profissional” (Silva e Caputi, 2019, p. 6).

A reavaliação da atuação profissional resulta na revisão do Código de Ética de 1986, dando lugar ao Código de Ética de 1993 e sua Lei de Regulamentação no mesmo ano. Neste período, também, ocorre a reelaboração do Currículo de 1982, resultando nas Diretrizes Curriculares de 1996. Ambos processos fundamentados no Projeto Ético-Político que compreende as dimensões, ética e política, como

constituintes de uma unidade, mas com suas particularidades preservadas (Silva e Caputi, 2019, p. 6)

Desse modo, Pereira (2015) salienta que a dimensão ético-política do Serviço Social está intrinsecamente ligada aos valores e princípios protegidos pelo Código de Ética (1993), pois a ética profissional deve ser compreendida em uma perspectiva mais ampla, ou seja, esses valores defendidos e baseados pelo Código de Ética são posicionamentos, orientações, escolhas e julgamentos de valores realizados no cotidiano do profissional de Serviço Social.

Assim, a dimensão ética do Serviço Social só pode ser vislumbrada na prática social concreta, ou seja, no processo de trabalho, através de ações conscientes e críticas, vinculadas a um posicionamento político de defesa dos direitos dos seus usuários (Pereira, 2015, p.7-8).

Sendo assim, Silva e Caputi (2019) destacam que a dimensão ético-política é a compreensão do processo de formação profissional, onde se evidencia o elemento central da construção do ethos³ da profissão. Todavia, a dimensão supracitada não deve ser pensada isoladamente das demais dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, pois o processo de formação do Assistente Social é o primeiro espaço o qual se tem a discussão e a compreensão das categorias essenciais para a prática profissional.

A dimensão técnico-operativa, assim como salienta Costa (2008), se refere aos elementos técnicos e instrumentais utilizados para o desenvolvimento da atuação e intervenção do Assistente Social no cotidiano.

Porém, podemos ressaltar que a dimensão técnico-operativa não deve ser limitada às capacidades técnicas e instrumentais, a qual deve incluir as ações e métodos realizados pelo Assistente Social.

[...] a dimensão técnico-operativa não pode ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas. Ela mobiliza as dimensões teórico-metodológicas — para analisar o real e investigar novas demandas — e ético-políticas — permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências da ação —, além das condições objetivas do trabalho e as condições subjetivas dos agentes profissionais. Acioná-la de modo

³Assim como discorre Freire e Machado (2010, p. 257) para que se possa explicar o ethos é necessário adentrar na moral. Dessa maneira, a distinção entre a ética e a moral pode ser descrita da seguinte forma: “a moral entendida por nós é a própria ação humana, ou seja, é a maneira de se agir no mundo, sua prática; já a ética (que denominamos de ethos) é a reflexão sobre esse agir, ou seja, constituiu a teoria que leva à reflexão sobre a prática”.

consequente implica, também, considerar as demandas colocadas pela população (Santos, Filho e Backy, 2017, p. 29-39).

Nessa perspectiva, podemos adotar como ponto de partida, que a dimensão técnico-operativa é constituída por elementos, assim como discorre Santos, Filho e Backy (2017, p.31)

[...] as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais, bem como a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais.

Desse modo, a dimensão técnico-operativa está relacionada com o fazer profissional, especialmente associada com a prática, apresentando-se como a forma de aparecer o Serviço Social.

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um éthos profissional. É através dela que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um "fazer" que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas [...] (Guerra, 2017, p.52).

Sendo assim, essa dimensão permite que se expresse a autoimagem da profissão, entretanto, não se pode pensá-la isoladamente das demais dimensões teórico-metodológica e ético-política, pois são suas particularidades e sua indissociação que se faz o ethos profissional.

Portanto, fica evidente a implicação das demais dimensões sobre a dimensão técnico-operativa. No momento em que os instrumentos, técnicas, estratégias ou procedimentos são acionados pelo profissional, é preciso que este tenha consciência da intencionalidade que se investe no processo (Costa, 2008, p. 60).

Trindade (2017) discorre que a dimensão técnico-operativa se materializa então pelas ações profissionais, ou seja, que as ações profissionais se concretizam através das atribuições que viabilizam as respostas dos Assistentes Sociais no cotidiano, as quais são colocadas pelas instituições empregadoras como parte da prestação de serviços sociais. Desse modo, essas ações necessitam estar ligadas

com os assuntos que envolvem o exercício profissional, sendo conectadas com as políticas sociais, os movimentos sociais, os direitos sociais, entre outros.

O exercício profissional como parte do trabalho coletivo produzido pelo conjunto da sociedade opera a prestação de serviços sociais que atende a necessidades sociais e reproduz a ideologia dominante. No atendimento dos objetivos imediatos, a dimensão técnico-operativa é mobilizada. Sua instrumentalidade está na “resolutividade”, ainda que apenas momentaneamente e em nível imediato, das demandas apresentadas. A legitimidade social de uma profissão encontra-se nas respostas que ela dá às necessidades histórico-sociais e com determinado tempo e espaço (Guerra, 2017, p.51).

Desse modo, Miotto e Lima (2009) evidenciam que a dimensão técnico-operativa então se implica em conhecer a diversidade do Serviço Social nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais que os profissionais atuam, ou seja, a proposição e a formulação de políticas sociais, o atendimento aos usuários, a articulação de diferentes serviços e programas sociais, entre outros.

Sendo assim, pode-se dizer que a dimensão técnico-operativa, como já mencionado anteriormente, está ligada com o fazer profissional, contando também com as demais questões que envolvem a formação profissional. Dessa maneira, o Assistente Social em seu cotidiano não se pode deixar levar pela quantificação de seu trabalho através dos instrumentais utilizados, buscando sempre aprimorá-los e evidenciar uma atuação que conte como o envolvimento dos sujeitos e da instituição sócio-ocupacional a qual está inserido (Miotto e Lima, 2009).

[..] O cotidiano, compreendido como o espaço em que se realiza a intervenção, nos permite pensar na forma como as demandas chegam às instituições e aparecem para o assistente social: imediatizadas, fragmentadas e heterogêneas. Se a percepção do profissional não ultrapassar essa forma, ou seja, não refletir sobre como essa forma se apresenta, sem refletir sobre suas determinações e conexões, implicará uma utilização do instrumental técnico-operativo de modo conservador, sobretudo em função do significado e das características contraditórias das organizações/ serviços nos quais os assistentes sociais exercem suas atividades profissionais: com uma lógica de intervenção (pública) sobre as expressões da questão social, interferindo sobre o cotidiano especialmente dos trabalhadores pobres (âmbito privado) (Santos, Filho e Backy, 2017, p.31).

Sendo assim, o Assistente Social necessita de um conhecimento aprofundado dos processos de trabalho, entendendo o espaço onde o exercício profissional se realiza, de como essas demandas permeiam os serviços e quais são as necessidades colocadas pelos usuários. Portanto, se faz necessário considerar a

instrumentalidade do Serviço Social em sua complexidade, para que se possa realizar uma intervenção consciente, crítica e competente.

CAPÍTULO 2

A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Esse segundo capítulo tem como objetivo compreender a Política de Educação no Brasil, o qual é um direito social, universal e gratuito. Sendo assim, o mesmo terá como recorte temporal a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). A Constituição Federal de 1988, tem uma grande importância para toda sociedade Brasileira, a qual reconhece o direito de todos à educação, sendo dever do Estado e da família (Brasil 1988).

Além disso, para uma melhor compreensão, este capítulo também irá discorrer sobre a organização da educação em diferentes níveis governamentais, sendo a nível de União, Estados e Municípios. Na sequência, será elencado a organização da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR e a organização da Educação infantil e fundamental - anos iniciais - no município.

2.1 EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL, DE TODOS, UNIVERSAL E GRATUITO

Historicamente, a educação brasileira teve um avanço fundamental a partir da Constituição Federal de 1988, estabelecendo-a como um direito fundamental e garantindo princípios como a universalidade, a gratuidade, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Além disso, o documento evidencia que a mesma é de responsabilidade do Estado, visando a garantia deste direito, bem como destaca o Art. 205

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reforça que a educação é um direito social⁴, e também de responsabilidade do Estado, como pode ser observado no Art. 4º,

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à

⁴ “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

Posteriormente a Constituição Federal (1988) e o ECA (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), dispõe sobre a educação nacional, reafirmando mais uma vez o direito do acesso à educação como uma política pública a qual deve ser de responsabilidade do estado, garantindo à população o acesso a essa política e a tornando universal. O Art. 2º, desta lei corrobora com a responsabilidade do Estado para com a educação,

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Conforme elucidado pelos artigos supracitados, a educação é um direito social, essencial e fundamental, cabendo a oferta como responsabilidade do Estado, num viés de gratuidade e universalidade, abrangendo todos os indivíduos que residem no território.

Todavia, para não se ter dúvida quanto à importância da educação, a Constituição brasileira impõe como obrigatória sua oferta gratuita pelo Poder Estatal, conforme disposto no art. 208, de onde se depreende ser dever do Estado: efetivar a educação mediante: (1) a garantia e educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos; (2) progressiva universalização do ensino médio gratuito; (3) atendimento especializado a pessoas com deficiência; (4) educação infantil em creche e pré-escola às crianças de até cinco anos; entre outros (Smith, 2017, p.34).

Desse modo, Smith (2017) ainda discorre que a educação é um processo de desenvolvimento da capacidade intelectual, física e moral da criança e do ser humano em geral, sendo uma relação direta com a cidadania. O autor ainda salienta, que o encargo dessa responsabilidade é direcionado ao Estado, o qual deve garantir a proteção desse direito, assegurando a universalização da educação e efetivando obras e políticas públicas que visem eliminar obstáculos ao pleno exercício do direito ao acesso a uma educação de qualidade.

A responsabilidade do Estado na garantia do acesso à educação em todo território nacional é destacado no artigo 208 da Constituição Federal (1988) e dispõe sobre suas responsabilidades

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola (Brasil, 1988).

Nessa perspectiva, Saviani (2010) destaca que a educação é responsabilidade pública e não deve ser transferida para iniciativas de filantropia e de voluntariado, pois assim como destacado nas legislações supracitadas a política de educação deve ser “pública universal, gratuita, laica e obrigatória, concebida como direito de todos e dever do Estado” (Saviani, 2010, p.386).

Saviani (2011) ainda enfatiza que a Constituição Federal de 1988 prevê que as três instâncias do Poder Público (União, Estado e Municípios) deveriam garantir a universalização da educação, com a conseqüente erradicação do analfabetismo, o que não foi feito ao longo desses anos, desde a promulgação da Constituição.

Desse modo, o autor salienta que esse direito à educação continua sendo proclamado, mas que na realidade do cotidiano do país esse dever de garantir esse direito continua sendo postergado.

[...] além de protelado, o próprio sentido da política educacional orientada pelo princípio “educação, direito de todos e dever do Estado” vem sendo invertido, podendo ser substituído pelo seguinte enunciado: educação, dever de todos e direito do Estado. Esse fenômeno da inversão de sentido da política educacional vai da cumplicidade entre o público e o privado, passa pelo favorecimento à privatização e chega à transferência do dever de educar para a sociedade civil, assegurando-se ao Estado o direito de controle. Trata-se de um processo que se estende desde o início do regime civil-militar até nossos dias (Saviani, 2011, p.52).

Bezerra e Lima (2021) discorrem que a educação também pode ser compreendida como uma forma de diminuição das desigualdades sociais entre classes, gênero, raça, etnia, entre outros grupos, visto que a mesma pode ser um

meio de favorecer a equidade social, consolidando a cidadania, como discorrido anteriormente.

Os autores ainda salientam que a educação tem um papel fundamental na promoção da equidade social, proporcionando uma melhoria nas condições de vida, tornando a educação como parte do conjunto de direitos humanos, com valor de igualdade, tratamento e oportunidade, sem distinção de cor, raça, cultura, entre outros (Bezerra e Lima, 2021).

Podemos dizer que, com a universalização da escola, as camadas populares passaram a ter acesso aos mesmos conhecimentos que, historicamente, eram exclusivos de uma pequena parcela da população. Nesse sentido, é papel da escola garantir o acesso ao conhecimento científico e erudito aos alunos das camadas populares, uma vez que o domínio desse conhecimento é condição de cidadania para essa parcela da população. A escola começa a cumprir essa função social com o ingresso do aluno. Ingresso esse que faz-se necessária a realização de políticas públicas educacionais que devem zelar pela inclusão e não pela exclusão [...] (Piana e Canôas, 2007, p.174).

Desse modo, outro ponto importante a ser destacado, o qual já foi evidenciado anteriormente, frisando o direito à educação, seja ela em seu ensino regular ou na modalidade de ensino especial inclusivo.⁵

A educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um foco específico naqueles que são vulneráveis à marginalização e exclusão. Nesta perspectiva, entendemos que o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos no qual as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras, representam a possibilidade de combater a exclusão e responder às necessidades dos alunos (Dutra, 2005 *apud* Martins, 2012, p.85).

Sendo assim, como já demonstrado a educação básica e a educação especial são legalmente reconhecidas, sendo universal e gratuito, conforme elucidado na Constituição Federal de 1988 e no ECA (1990), bem como descrito na Política Nacional de Educação Especial

Todas as ações educacionais devem considerar as características e potencialidades de cada estudante e utilizar as línguas e os meios de comunicação mais favoráveis ao desenvolvimento acadêmico, profissional e

⁵ O artigo 54 do ECA (1990) ressalta o dever do estado na obrigatoriedade do atendimento especializado às pessoas portadoras de deficiência “Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...]” (Brasil, 1990).

de projetos de vida. Para que isso ocorra sem preconceitos, sem discriminação e com igualdade de oportunidades, a educação deve ser efetivada em um sistema educacional equitativo e inclusivo, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação (Brasil, 2020, p.48).

Dessa maneira, a educação especial é uma transformação para adquirir uma sociedade inclusiva, um processo que se amplia a participação de todos os alunos para uma educação regular. Buscando assim, uma reorganização de culturas, políticas e práticas vivenciadas nas unidades escolares, para que se responda a diversidades dos alunos e se tenha uma abordagem mais democrática, humanista e que perceba a singularidade de cada indivíduo, proporcionando aos mesmos uma inserção social (Neto et al., 2018).

Muitos serão ainda os desafios relacionados ao estabelecimento de políticas públicas que tragam respostas efetivas ao alcance de uma agenda inclusiva nas escolas. Mais que mencionar grandes linhas de ação que deverão ser perseguidas pelo indispensável trabalho articulado entre diferentes segmentos do Governo do Estado, é apropriado, nesse momento, enunciar as tendências e desafios a serem enfrentados a curto e médio prazos, a fim de apresentar caminhos que possam equacionar as dificuldades mais urgentes que se apresentam (Matiskei, 2004, p.199).

Nessa perspectiva, se faz necessário a implementação de políticas públicas que sejam efetivas, alcançando de fato a inclusão de alunos nas escolas e garantindo a universalização e a gratuidades do ensino.

Bezerra e Lima (2021) enfatizam que os princípios evidenciados na Constituição (1988) com relação à educação buscam contemplar as reivindicações da sociedade civil, juntamente com a LDB (1996), visando o pleno desenvolvimento do aluno e o preparo para o exercício da cidadania. Desse modo, a educação é vista como uma forma de compensação das desigualdades deflagradas na sociedade no decorrer da história.

Daí a importância de refletirmos sobre a garantia do direito à educação a partir de políticas públicas aplicadas nos sistemas de ensino, pois, apesar dos avanços significativos ocorridos nos últimos anos, ainda persistem desigualdades sociais, educacionais e 'fracasso' escolar como obstáculos à escolarização dos mais pobres (Mello e Moll, 2020, p.3).

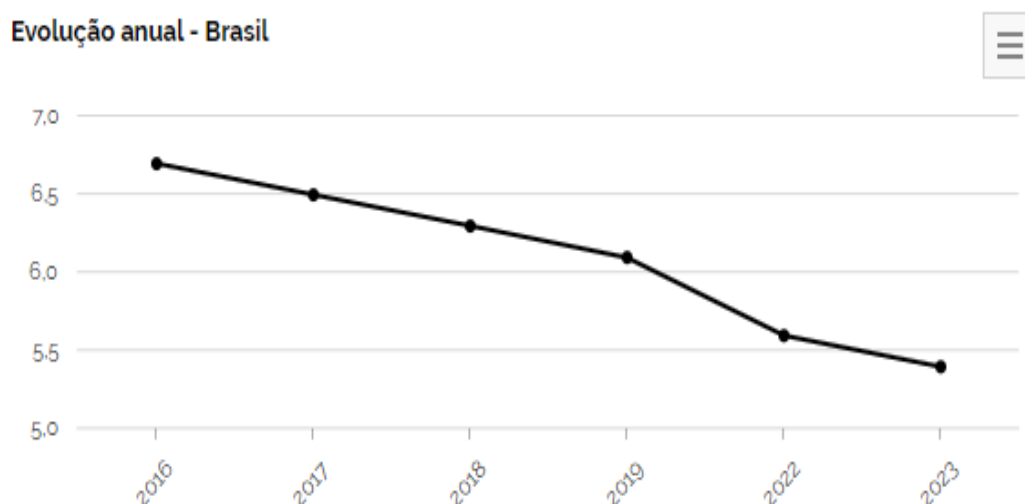
As autoras ainda discorrem que para a superação das desigualdades que se reverberam no cotidiano escolar é necessário a participação da sociedade civil, bem como a criação de práticas inovadoras no ambiente escolar, para que a

implementação das políticas públicas sejam de forma democrática e não sejam impostas pelo poder público (Mello e Moll, 2020).

A desigualdade social no país não é um fator novo, a mesma vem se expandindo ao longo da história por processos de exploração e exclusão e tem ganhado um avanço significativo nesses últimos anos. Desse modo, no âmbito da educação pública no Brasil “historicamente marcada por desigualdades educacionais e fracasso escolar, ainda nos deparamos com situações de vulnerabilidade na vida de crianças e jovens brasileiros, uma vez que a pobreza e seus reveses incluem a dificuldade de escolarizar-se” (Mello e Moll, 2020, p.9).

Nessa perspectiva, diante das informações supracitadas a figura nº 1 demonstra a evolução da analfabetismo no país

Figura 1: Evolução da taxa de analfabetismo no Brasil referente ao período de 2016 a 2023

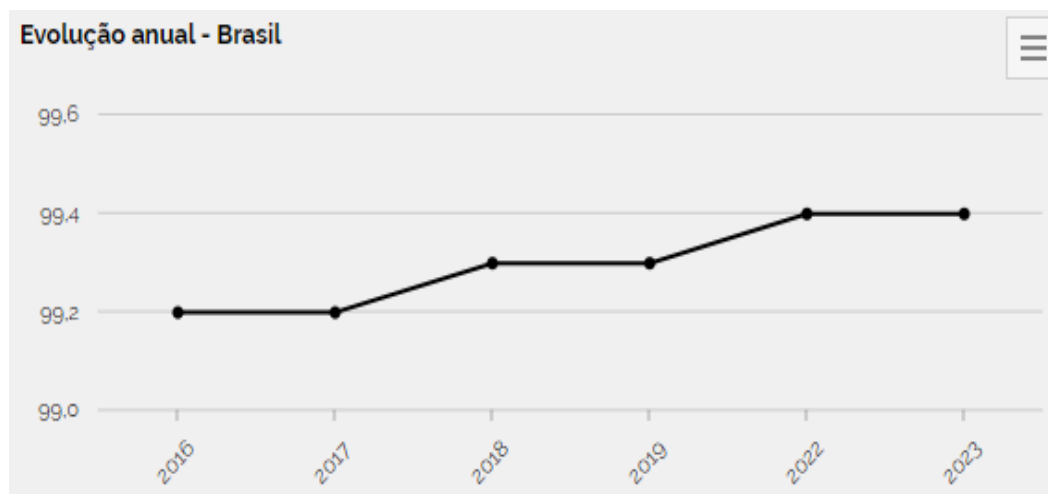


Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Painel de Indicadores. **Indicadores Sociais: Analfabetismo**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Desse modo, conforme a figura nº 1 podemos destacar que no período de 2016 a 2023 a taxa de analfabetização caiu significativamente, sendo 6,7% em 2016, no ano de 2017 a taxa era de 6,5%, passando para 6,3% em 2018, já no ano de 2019 e 2022 a taxa caiu para 5,6% e posteriormente para 5,4% em 2023, ou seja, apresentando uma quantidade menor de pessoas não alfabetizadas no país.

Além disso, a figura nº 2 também demonstra a evolução da escolarização no Brasil, considerando percentual de pessoas de 6 a 14 anos

Figura 2: Evolução da taxa de escolarização no Brasil referente ao período de 2016 a 2023.



Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Painel de Indicadores. **Indicadores Sociais:** Escolarização. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Com relação a figura nº 2 evidenciada acima, a mesma demonstra uma evolução na escolarização, passando de 99,2% (2016-2017), para 99,3% (2018-2019) e posteriormente para 99,4% (2020 a 2023), demonstrando assim uma maior inclusão de pessoas entre 6 a 14 anos na escola.

Desse modo, podemos destacar que os índices apresentados demonstram uma taxa elevada de crianças e adolescentes⁶ em escolarização, além de revelarem índice de alfabetização no país, demonstrando um impacto positivo nas políticas educacionais no Brasil.

Todavia, dados da Unicef (2021) apontam um índice elevado de exclusão escolar no Brasil, vejamos no quadro nº 1 a quantidade de pessoas por faixa etária fora da escola.

⁶De acordo com o Art.2º do ECA são consideradas crianças e adolescentes: Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Brasil, 1990).

Quadro 1: População de 4 a 17 anos fora da escola no Brasil em 2019

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA
4 a 5 anos	384.475
6 a 10 anos	22.702
11 a 14 anos	59.760
15 a 17 anos	629.531

Fonte: UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**: um alerta sobre os impactos da pandemia de COVID-19 na Educação. Unicef: CENPEC Educação, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

Notas: dados trabalhados pela autora.

Sendo assim, de acordo com os dados do quadro nº 1, o índice mais alto da população que está fora da escola é a faixa etária de 15 a 17 anos e posteriormente apresenta-se a faixa etária de 4 a 5 anos. Apresentando assim, uma preocupação desses índices, pois ambas as faixas etárias estão dentro da idade de escolarização obrigatória.

Na figura nº 3 verificamos a população de 4 a 17 anos que não completou ou que está fora da escola, demonstrando essa quantidade por cada unidade federativa no Brasil no ano de 2019.

Figura 3: População de 4 a 17 anos que não completou a Educação Básica e que está fora da escola, Brasil e regiões, 2019

	População de 4 a 17 anos que não completou a Educação Básica	População de 4 a 17 anos fora da escola	Percentual da população de 4 a 17 anos fora da escola na região
Norte	4.492.766	194.591	4,3
Nordeste	12.100.740	330.516	2,7
Sudeste	15.253.319	315.750	2,1
Sul	5.192.524	139.427	2,7
Centro-Oeste	3.289.560	116.184	3,5
BRASIL	40.328.908	1.096.468	2,7

Fonte: UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**: um alerta sobre os impactos da pandemia de COVID-19 na Educação. Unicef: CENPEC Educação, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

Com relação a figura nº 3, a população de 4 a 17 anos que não completou a educação básica no país, apresenta a maior quantidade a região Sudeste (15.253.319), seguida pela região Nordeste (12.100.740), na sequência a região sul (5.192.524), posteriormente a região norte (4.492.766) e a região Centro-Oeste (3.289.560). Sendo um total de 40.328.908 pessoas em todo Brasil.

Na sequência, apresenta-se a quantidade de pessoas fora da escola, sendo o maior número a região Nordeste (330.516), na sequência a região Sudeste (315.750), posterior a região Norte (194.591), seguida pela região Sul (139.427) e a região Centro-Oeste (116.184). O total de pessoas no país fora da escola representa um número de 1.096.468.

Além disso, Gomes (2023) salienta que no ano de 2021 o Brasil registrou um total de 77.250 escolas públicas municipais, com cerca de 10.109.757 matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental da educação básica. Desse modo, com foco nas taxas de rendimento por etapa escolar registram-se 192.085 estudantes reprovados e 90.988 pessoas que abandonaram a escola, sendo um total de cerca de 283.073 estudantes que deixaram de frequentar as escolas municipais no país.

Nesse sentido, podemos destacar que o número da população que está fora ou abandonou a escola é considerado alto, demonstrando uma certa desigualdade de acesso e permanência à escola. Esses fatores de abandono e evasão escolar podem ser decorrentes de inúmeras questões, como problemas familiares, dimensão socioeconômica, e até mesmo pela falta de políticas públicas que sejam efetivas para permitir a entrada e continuidade desses alunos na escola (Ramos e Junior, 2024).

Contudo, o Brasil viveu um retrocesso a partir de 2016. Políticas neoliberais com cortes relevantes na educação distanciam a política educacional da sua efetivação constitucional de promoção da igualdade para todos. [...] Há de se considerar que os governos brasileiros não venceram o grande fator responsável pela desigualdade: a extrema concentração de renda do país. A riqueza concentrada nas mãos de poucos é compreendida no âmbito geral como natural e não resultado de um sistema capitalista fundado na composição de forças desiguais (Chaves e Almeida, 2020, p.6).

Outro fator importante a ser considerado neste âmbito educacional, é a pandemia do COVID-19. Em 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada pelos vários casos de pneumonia apresentados na

cidade de Wuhan - China, e já em março de 2020 a OMS caracteriza o ocorrido como pandemia (Organização Pan-Americana da Saúde, 2024).

Nesse cenário da COVID-19, algumas ações de prevenção do vírus foram implementadas em todos os países, como distanciamento social, utilização de máscaras, higienização das mãos e a estratégia da vacinação sendo “a principal medida de prevenção contra formas graves da covid-19” (Brasil, 2023).

Sendo assim, a nova realidade da pandemia trouxe uma série de mudanças na vida da população em âmbito global. Para que se pudesse evitar a contaminação, muitas atividades econômicas, culturais, educacionais, entre outras, foram suspensas e retomadas posteriormente de forma remota (Basta, Sakaue e Souza, 2021).

Com relação à educação, a realidade também mudou, as escolas passaram a realizar as aulas de forma remota ou transmitidas pela TV, também foram disponibilizadas atividades de forma impressa, com o intuito de diminuir as desigualdades sociais no âmbito educacional, permitindo que os alunos pudessem ter acesso à educação nesse período.

Uma das principais barreiras ao ensino remoto de qualidade é a conectividade. Estimativas feitas por pesquisadores do IPEA apontam que, em 2018, cerca de 16% dos alunos de Ensino Fundamental (aproximadamente 4,35 milhões de alunos) e 10% dos alunos de Ensino Médio (até 780 mil pessoas) não tinham acesso à internet no país, e quase a totalidade desses alunos digitalmente excluídos estudavam na rede pública de ensino [...] No Brasil, embora os estados tenham adotado alguma plataforma digital via internet para oferecer atividades escolares durante o período de isolamento social, somente 11 mobilizaram também a televisão, o que ilustra as poucas ações implementadas para superar a barreira do acesso desigual à internet no país (Neri e Osorio, 2021, p.29).

Desse modo, o período da pandemia do COVID-19 adensou ainda mais a desigualdade presente na sociedade brasileira, demonstrando também o retrato da educação, que já era muito ruim, mas parecia estar melhorando quando olhávamos a evolução recente, voltou a piorar nos últimos anos (Neri e Osorio, 2021, p.30).

A educação então deve ser vista como um fator preponderante de redução das desigualdades sociais presentes no cotidiano da população, um lugar de promoção a democratização e cidadania. Nesse sentido, no próximo tópico busca-se

descrever como a educação é efetivada nos diferentes níveis de governo, a competência da União, dos Estados e dos Municípios.

2.2 CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO NÍVEL FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Assim como discorrem Garcia e Yannoulas (2017), a universalidade da educação está pautada em Leis e Planos, os quais são trabalhados em cada esfera governamental, sendo um direito constitucional, o qual coloca-se como essencial no combate à pobreza e na busca pela transformação social.

Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estabelece as competências da União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nos seus respectivos sistemas de ensino. Nela são descritos as responsabilidades de cada ente federativo, visando garantir os meios necessários para o acesso e permanência de toda população a educação pública e gratuita (PME, 2015-2025).

Além disso, o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, também ressalta esse regime de colaboração entre as esferas do governo

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano. § 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE (Brasil, 2014).

Dessa maneira, como exposto anteriormente, cada esfera é responsável por estabelecer e executar as metas previstas, para que a educação de fato seja um direito para todos. Todavia, “fica claro, pois, que a repartição das atribuições não implica exclusão da participação dos entes aos quais não cabe a responsabilidade direta pelo cumprimento daquela função” (Saviani, 2010, p.387).

O Artigo 9 da LDB (1996) trata especificamente das atribuições da União nesse contexto.

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios; III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva; IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015) V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação; VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação; VII-A - assegurar, em colaboração com os sistemas de ensino, processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica; (Incluído pela Lei nº 14.645, de 2023) VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino; IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino [...] (Brasil, 1996).

Saviani (2011) discorre que o Plano Nacional de Educação se faz necessário para que o sistema nacional de educação se mantenha permanente em suas características próprias. Sendo um instrumento ou mecanismo que deve objetivar o planejamento de políticas de Estado, aprimorando assim as ações e as políticas públicas do setor educacional.

Com relação a competência dos Estados frente a educação no país, as atribuições do mesmo são destacadas no artigo 10 da LDB (1996), sendo de sua responsabilidade as seguintes ações:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público; III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios; IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009) VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual, permitindo aos respectivos professores, em trechos autorizados, o uso de assentos vagos nos veículos; (Redação dada pela Lei nº 14.862, de 2024) VIII – instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023) IX - articular-se com os respectivos Municípios para que o disposto no inciso VII deste caput e no inciso VI do caput do art. 11 desta Lei seja cumprido da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos e dos professores. (Incluído pela Lei nº 14.862, de 2024) Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios (Brasil, 1996).

Desse modo, o artigo supracitado discorre sobre as atribuições do estado frente à educação no Brasil, colocando também sobre a colaboração do estado e dos municípios frente à educação fundamental. Na cidade de Ponta Grossa - PR, o município é responsável pela educação fundamental nos anos iniciais, sendo de responsabilidade do Estado a oferta do ensino fundamental nos anos finais, do ensino médio e a modalidade profissionalizante.⁷ Segundo o Plano Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR (2014-2025) “Das 50 instituições de ensino público da rede estadual, 43 ofertam o Ensino Fundamental – Anos Finais” (p.40) e “atualmente com 50 instituições de ensino público da rede estadual, destes 29 ofertam a etapa Ensino Médio regular e duas a modalidade integrada profissionalizante” (p.44).

Das atribuições dos Municípios frente à educação no país, o documento apresenta as seguintes competências

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal, permitindo aos respectivos professores, em trechos autorizados, o uso de assentos vagos nos veículos; (Redação dada pela Lei nº 14.862, de 2024) VII – instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023) (Brasil, 1996).

Sendo assim, o município tem a responsabilidade da oferta do ensino infantil, com a implementação de creches e pré-escolas e com a educação fundamental nos anos iniciais (do 1º ao 5º ano) conforme já discorrido anteriormente, entre outras atribuições.

Constitui-se, desse modo, um sistema de educação pleno, obviamente público, inteiramente autônomo, com normas próprias que obrigam todos os seus integrantes em todo o território nacional. No âmbito dos estados, preserva-se um grau próprio de autonomia que lhes permite baixar normas de funcionamento do ensino, mas sem a plenitude de que goza a União, uma

⁷ A LDB (1996) complementa em seu Art. 32 que “§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos” (Brasil, 1996).

vez que devem subordinar-se às diretrizes e bases traçadas por ela, esfera que escapa à sua atribuição. E se passamos ao nível municipal, a autonomia torna-se bem mais restrita, porque sequer a Constituição lhes faculta estabelecer normas próprias, o que é admitido apenas em caráter complementar pela LDB (Saviani, 2010, p.383).

Saviani (2010) ainda discorre que, embora haja essa diferença de graus de autonomia entre os órgãos governamentais, não pode significar a redução de importância entre as instâncias que detêm maior ou menor autonomia.

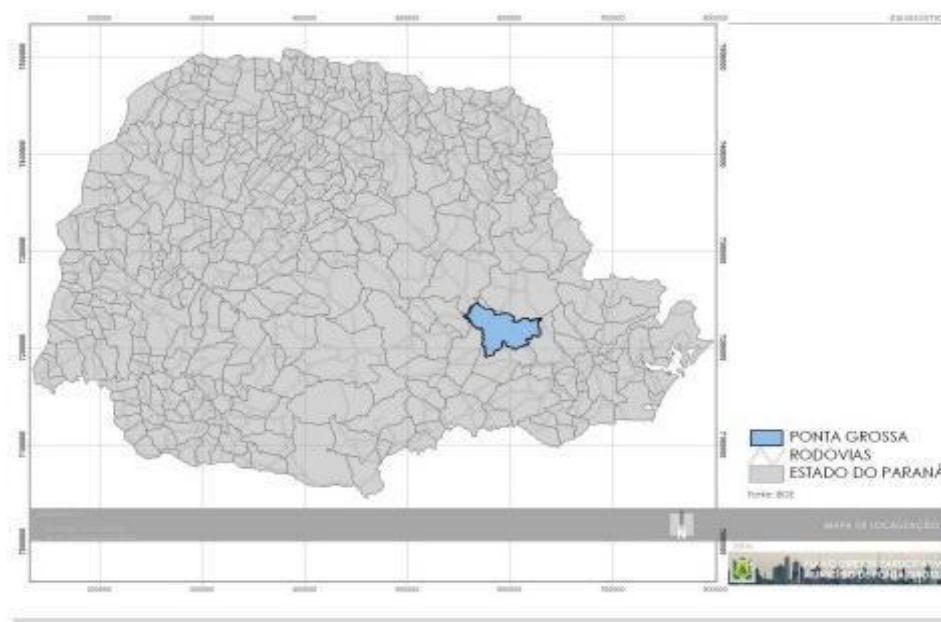
Desse modo, o próximo tópico colocará em destaque a contextualização de Ponta Grossa - PR, para que se tenha uma percepção da realidade do referido município.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR

Ponta Grossa⁸ é um município localizado na região dos campos gerais, situando-se no Segundo Planalto do Estado do Paraná, mais especificamente na região Centro Oriental do referido estado, como podemos observar na figura nº 4 a seguir;

⁸ Segundo o caderno de revisão do Plano Diretor (2022), Ponta Grossa-PR limita-se ao norte do município de Carambeí e Castro; ao sul com Palmeira e Teixeira Soares; a oeste com Tibagi e Ipiranga; e a leste de Campo Largo. Sendo assim, tem como coordenadas geográficas a Latitude S 25° 05' 42" e Longitude WGR - 50° 09' 43".

Figura 4 - Mapa do Estado do Paraná com Destaque ao Município de Ponta Grossa



Fonte: IPLAN. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa. **Base Cartográfica.** Ponta Grossa: IPLAN, 2006. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/downloads/planodiretor/localizacao.jpg>. Acesso em 09 jul. 2024.

Sendo assim, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Aplicada (IBGE, 2022) o município de Ponta Grossa-PR possui uma área territorial de 2.054,732 Km², uma população residente de 558.371 pessoas e uma densidade demográfica de 174,41 Hab/Km², sendo um município com sua população majoritariamente urbana, com uma área urbanizada de cerca de 97,10 km² (IBGE, 2019).

Podemos visualizar no quadro nº 2 a seguir, a distribuição de habitantes por tipo de domicílio e sexo.

Quadro 2 - População Censitária de Ponta Grossa-PR segundo o tipo de domicílio e sexo

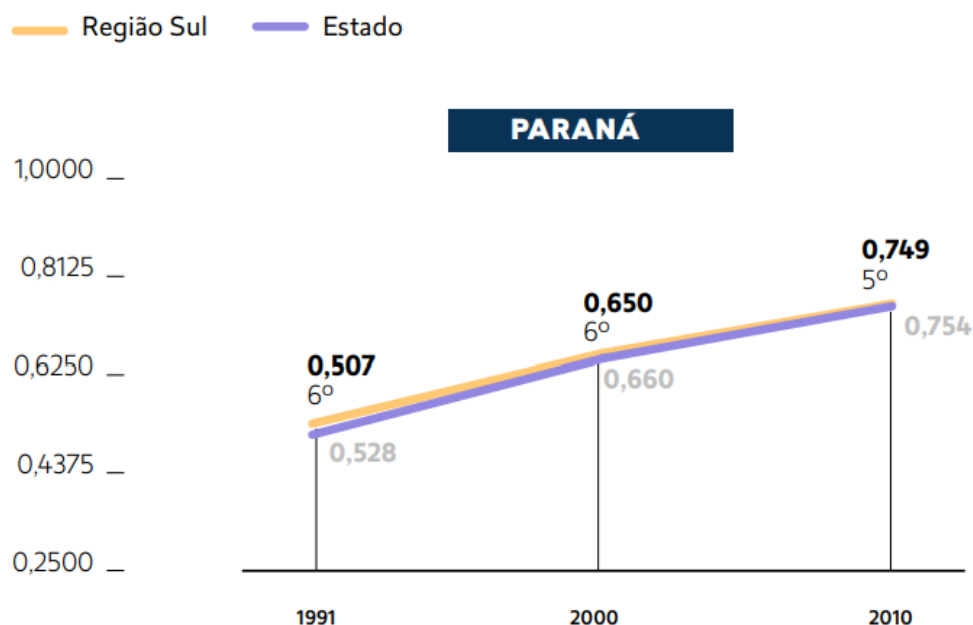
TIPO DE DOMICÍLIO	FEMININA	MASCULINA	TOTAL
URBANO	157.002	147.731	304.733
RURAL	3.247	3.631	6.878
TOTAL	160.249	151.362	311.611

Fonte: IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico:** Município de Ponta Grossa. Paraná: Ipardes, 2024. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000&btOk=ok>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Notas: Dados trabalhados pela autora.

No que se refere às condições socioeconômicas, de acordo com o IPARDES (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,763, considerado alto⁹, comparado com a média do Estado do Paraná de 0,749. A seguir podemos verificar na figura nº 5 a projeção do aumento do IDHM

Figura 5 - Posição dos Estados Brasileiros Segundo o IDHM



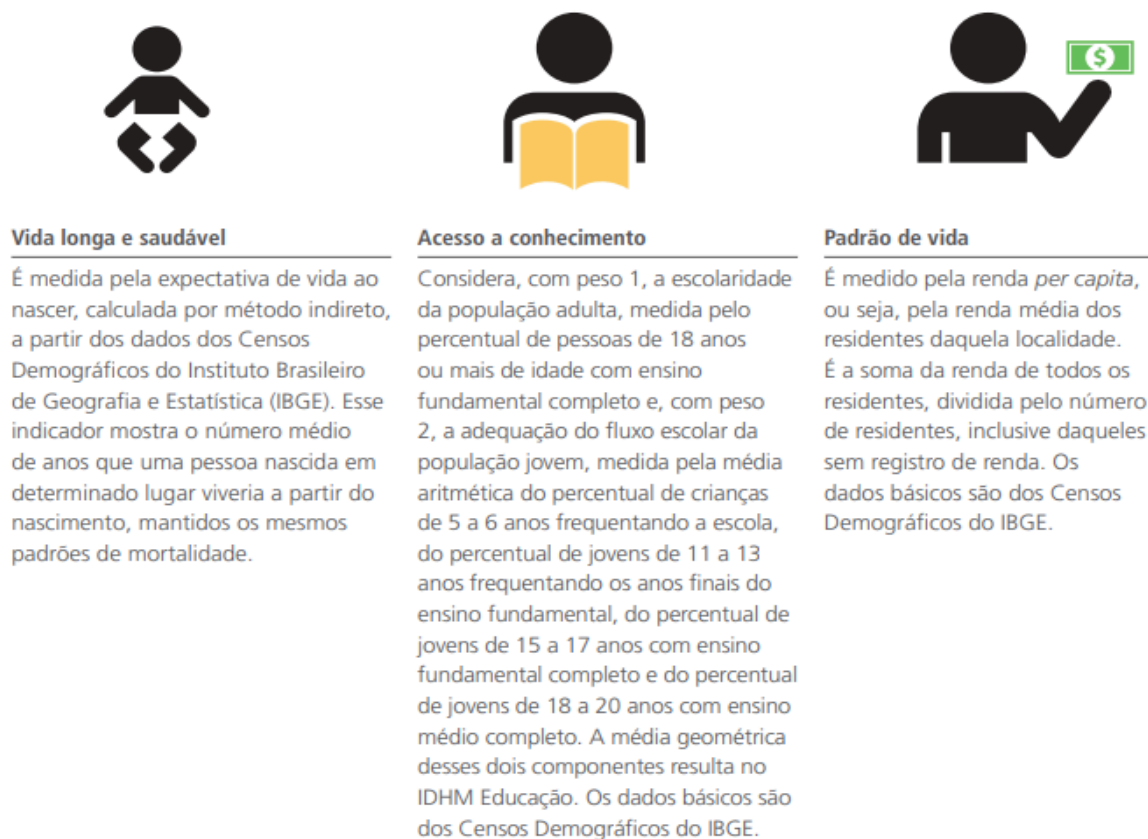
Fonte: RCIPEA, Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desenvolvimento Humano nas Macrorregiões Brasileiras**. Brasília - DF, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6217/1/Desenvolvimento%20humano%20nas%20macrorregi%c3%b5es%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

O Índice de Desenvolvimento Humano Global (IDH) tem como objetivo medir o grau de formação de um país, reunindo três requisitos que se fazem importantes para a expansão da sociedade, como levar uma vida longa e saudável - saúde (longevidade), possuir acesso ao conhecimento - educação, e desfrutar de um padrão de vida digno - renda.

Desse modo, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) deriva do Índice do IDH Global, tendo como finalidade desvendar a realidade dos municípios dispostos nos territórios.

⁹ Segundo a faixa de leitura do IDHM do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2017) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um número que varia entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, estado ou município. Dessa maneira, apresentam-se as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto; e 0,800 a 1 - muito alto.

Figura 6 - A Importância do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM



Fonte: RCIPEA, Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8182/1/Atlas%20do%20desenvolvimento%20humano%20nas%20regi%3%b5es%20metropolitanas%20brasileiras.pdf>. Acesso em 10 jul. 2024.

Sendo assim, conforme aponta a figura nº 6 o cálculo do IDHM é uma junção de três aspectos importantes para se avaliar a perspectiva de uma vida justa de uma sociedade, possibilitando também a formulação de políticas públicas para priorizar a melhoria das condições de vida de uma sociedade em suas ações e decisões.

Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - 2010

INFORMAÇÃO	ÍNDICE (1)	UNIDADE
Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)	0,763	
IDHM - Longevidade	0,837	
Esperança de vida ao nascer	75,22	anos
IDHM - Educação	0,703	
Escolaridade da população adulta	0,61	
Fluxo escolar da população jovem (Frequência escolar)	0,75	
IDHM - Renda	0,755	
Renda per capita	877,10	R\$ 1,00
Classificação na unidade da federação	13	
Classificação nacional	320	

Fonte: IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Estatística:** Município de Ponta Grossa. Paraná: IparDES, 2024. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000&btOk=ok>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Como podemos observar no quadro nº 3, os respectivos aspectos analisados são considerados bons, sendo a longevidade (0,837) - muito alto; a educação (0,703) - alto; e a renda (0,755) - alto.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida composta de sub indicadores de Longevidade, Educação e Renda. Nessa concepção, desenvolvimento humano está atrelado ao processo de ampliação das escolhas e liberdades das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser, em uma visão mais ampla é possível acrescentar que é processo pelo qual uma sociedade melhora a vida dos seus cidadãos através de um aumento de bens com os que pode satisfazer suas necessidades básicas e complementares, e a criação de um entorno que respeite os direitos humanos de todos eles (Scheidt et al., 2017, p. 7).

Desse modo, como evidenciado no quadro nº 3, a educação apresenta-se com índice bom de desenvolvimento no município de Ponta Grossa - PR, apesar de encontra-se no terceiro lugar. Todavia, esse acréscimo no IDHM da educação também pode ser evidenciado ao longo do tempo, sendo 0,359 (1991), passando para 0,548 (2000) e saltando para 0,703 em 2010 (Atlas Brasil, 2024).

Assim como salienta Silva *et al.* (2017), o conhecimento é uma garantia de projeção de uma sociedade para o futuro, a qual está atrelada a um consenso de

que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da educação. A seguir podemos verificar as projeções do IDHM - educação - no município

Quadro 4 - Evolução do IDHM no Município de Ponta Grossa - PR

IDHM EDUCAÇÃO	2000	2010
% 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	46,08	61,37
% de 4 a 5 anos na escola	33,60	76,77
% de 11 a 13 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental ou com ensino fundamental completo	78,33	91,83
% de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo	63,31	67,60
% de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo	34,54	49,91
Total	0,548	0,703

Fonte: Adaptado de: ATLAS BRASIL. **IDHM e seus indicadores no município - Ponta Grossa/PR - 2000 e 2010**. PNUD, IPEA e FJP. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/411990>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Sendo assim, a partir do quadro nº 4 e das considerações tecidas sobre o IDHM educação, podemos salientar que houve um avanço significativo, interpretando-se que ocasionou no aumento da população que concluiu o ensino fundamental, uma vez que tal característica compõem o indicador.

Outro indicador a ser usado para verificar a qualidade de vida e acesso aos bens básicos para a sobrevivência de uma sociedade é o índice de Gini¹⁰. Assim como salienta Scheidt *et al.* (2017), as desigualdades presentes nos municípios, estados e países são extremamente profundas, resultando na precarização do acesso à educação, saúde, água tratada, infraestrutura, acesso a serviço e direitos básicos.

Desse modo, podemos verificar o Índice de Gini no Município de Ponta Grossa - PR no quadro nº 5 a seguir

¹⁰ O Índice de Gini mede o grau de concentração da distribuição de renda domiciliar per capita em determinados espaços geográficos. A forma de interpretação do Índice de Gini se difere do Índice de Desenvolvimento Humano, pois o mesmo varia de 0 a 1 (zero a um), quanto mais próximo de 0 (zero) menor é a desigualdade existente na localidade e quanto mais próximo a 1 (um) maior é a desigualdade (IPARDES, 2024).

Quadro 5 - Índice de Gini da renda domiciliar per capita no Município de Ponta Grossa - PR no ano de 1991, 2000 e 2010

MUNICÍPIO	1991	2000	2010
Ponta Grossa	0,5644	0,5761	0,5437

Fonte: Adaptado de: BRASIL. Ministério da Saúde. DATA SUS. Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita - Brasil. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Assim como aponta o quadro nº 5, podemos ressaltar que o Índice de Gini de Ponta Grossa - PR obteve uma queda no ano de 2010 comparado aos outros respectivos anos, mas que ainda encontra-se no entremeio entre 0 e 1, apontando uma desigualdade social no município.

O Plano Municipal de Assistência Social do Município de Ponta Grossa - PR (2022 - 2025) salienta que apesar dos índices de desenvolvimento encontram-se elevados, o referido município ainda apresenta taxas elevadas de desigualdade social e altas taxas de concentração de renda, com cerca de 6.8799 pessoas vivendo em situação extrema de pobreza (PMAS, 2022 - 2025 apud IBGE, 2010).

O PMAS (2022 - 2025) ainda enfatiza que a questão que mais acarreta um cenário de vulnerabilidade social no município diz respeito ao acesso à renda. Desse modo, o quadro nº 6 a seguir destaca dados referentes a pessoas cadastradas no Cadastro Único, demonstrando o número de indivíduos que vivem em situação de pobreza, extrema pobreza e demais perfis de baixa renda do município.

Quadro 6 - Famílias Cadastradas no Cadastro Único

FAMÍLIAS	PESSOAS	RENDA PER CAPITA FAMILIAR
8.188	23.695	R\$ 89,00
4.295	14.418	R\$ 89,01 e R\$ 178,00
11.357	34.365	R\$ 178,01 e meio salário mínimo
13.254	24.027	acima de meio salário mínimo

Fonte: PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social do Município de Ponta Grossa - PR (2022 - 2025)**. Ponta Grossa. Disponível em:

https://redeassocialpg.wordpress.com/wp-content/uploads/2022/01/pmas_2002-2025_versao_cmas.05nov.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Desse modo, o quadro nº 6 destaca que em janeiro de 2021 estavam cadastradas no Cadastro Único do município cerca de 37.094 famílias, equivalente a 96.505 pessoas, dentre as quais, 8.188 famílias, cerca de 23.695 pessoas encontram-se em extrema pobreza - renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 89,00; e 4.295 famílias, cerca de 14.418 pessoas encontram-se em situação de pobreza - renda per capita entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00.

A questão da família pobre aparece como a face mais cruel da disparidade econômica e da desigualdade social. Esse estado de privação de direitos atinge todos os membros da família de forma profunda: incita e precipita a ida das crianças para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento familiar, comprometendo, de forma significativa, o desenvolvimento das crianças; provoca o abandono dos idosos, dentre outras mazelas, o que favorece o enfraquecimento das relações, sejam afetivas, sociais, econômicas ou culturais (Cronemberger e Teixeira, 2013, p.17).

Com isso, o município de Ponta Grossa - PR aparece em 4º lugar entre as cidades do Estado do Paraná que mais possuem pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família, com cerca de 12,6 mil beneficiários (Secretaria de Comunicação Social, 2024). Além disso, o PMAS (2022 - 2025) ressaltou que em abril de 2021 o município contava com cerca de 11.755 famílias beneficiárias, ou seja, analisando os dados apresentados, podemos ressaltar que houve um acréscimo no número de beneficiários. Nesta perspectiva, vale ressaltar que “o Programa Bolsa Família (PBF) é um importante programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único” (PMAS, 2021, p.9).

O Plano Municipal de Assistência Social do Município de Ponta Grossa - PR (2022 - 2025) também descreveu que com a situação da pandemia do COVID-19 o número de famílias que vivem em situações de vulnerabilidade relacionadas à renda aumentaram, considerando o impacto que se teve na economia, onde muitos trabalhadores tiveram que deixar suas atividades laborais.

Desse modo, podemos ressaltar que apesar dos índices de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal demonstrarem uma satisfação em relação ao município de Ponta Grossa - PR, a desigualdade social que se reverbera no território é uma realidade, considerando também que os anos apresentados dos índices supracitados são inferiores as justificativas colocadas pelo PMAS (2022 - 2025).

Nessa perspectiva dos indicadores, se faz oportuna a discussão sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. [...] O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. [...] (Brasil, 2024)

Com relação a isso, o quadro nº 7 apresenta o IDEB na cidade de Ponta Grossa - PR

Quadro 7: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Ponta Grossa - PR referente ao Ensino Fundamental - anos iniciais

ANO	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2023
IDEB	6,0	5,5	5,8	6,3	6,5	6,2	6,5

Fonte: BRASIL, Instituto de Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Planilhas do IDEB:** Taxa de Aprovação, Notas do SAEB, IDEB e Projeções. Ensino Fundamental Regular - anos iniciais. INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em 13 set. 2024.

Notas: Dados trabalhados pela autora.

Desse modo, conforme podemos observar no quadro nº 7 de 2011 a 2013 houve uma queda no IDEB, passando de 6,0 para 5,5, já com relação ao ano de 2015 a 2019, o IDEB continuou tendo uma evolução, passando 5,8 (2015, para 6,3 (2017) e para 6,5 (2019), com relação ao ano de 2021, podemos ressaltar que ocorreu mais um queda, mas no ano de 2023 esse índice aumentou passando de 6,2 (2021) para 6,5 (2023).

Com relação ao ano de 2021, podemos destacar que houve uma queda no indicador pois deve-se considerar a pandemia do Covid-19, o qual acirrou as desigualdades presentes em todo território nacional, acentuando também as desigualdades presentes no âmbito educacional. “Com o advento da pandemia, o impacto na queda da aprendizagem foi enorme, o que se refletiu inclusive nos Anos

Iniciais do Ensino Fundamental [...]” (Dias e Ramos, 2022, p.861), provocando bruscas mudanças nesse processo de ensino aprendizagem.

Sendo assim, o próximo item tem como objetivo descrever a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR, para que possamos compreender de uma melhor forma na sequência sobre a rede pública municipal de ensino básico no município.

2.4 CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA - PR

O referido tópico tem como objetivo descrever a Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR, a qual visa a implementação da política de educação, sendo a principal população atendida as crianças do município, as quais têm a faixa etária de sete meses a dez anos, onde as mesmas em geral, estão inseridas na educação infantil e ensino fundamental da rede básica.

Desse modo, para que se possa adquirir conhecimento da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR, será destacado os Conselhos, as Assessorias, e as Supervisões de Departamento. Sendo assim, o organograma da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR consta na figura abaixo:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento compostos da seguinte forma: I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado; II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica; III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica; IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica [...] Art. 19. Compete ao CAE: I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei; II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar; III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos; IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa. Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA (BRASIL, 2009).

A respeito do Conselho Municipal de Educação, conforme o que dispõe a Lei Municipal nº 10.593 de 20 de junho de 2011, o mesmo deve atuar em consonância com a política, as diretrizes e legislações educacionais do País, do Estado e do Município, sendo o seu objetivo a contribuição para a elevação da qualidade dos serviços educacionais, garantindo aos governantes e a sociedade civil o direito de uma participação na tomada de decisões sobre a educação no município. Proporcionando assim, uma atuação deliberativa, normativa, consultiva, propositiva, mobilizadora e fiscalizadora.

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Educação - CME, órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Educação, e disciplinado pelas disposições desta lei. - Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Educação exercerá funções: I - Deliberativa - quando decidir sobre questões e matérias trazidas a seu conhecimento relacionadas com a Educação no âmbito deste Conselho; II - Normativa - quando fixar doutrinas e normas gerais; III - Consultiva - quando responder as consultas e apreciar recursos em matéria de educação; IV - Propositiva - quando contribuir emitindo opinião ou oferecendo sugestões na discussão e/ou definição das políticas e do planejamento educacional; V - Mobilizadora - quando visar esforços para manter a sociedade informada e atuante em relação às questões educacionais do Município; VI - Fiscalizadora - quando acompanhar o desenvolvimento de ações e do cumprimento da legislação e das normas

a qual foi alterada pela Resolução CD/FNDE Nº 7, de 2 de Maio de 2024 (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2024).

educacionais, pelo Poder Executivo, instituições e estabelecimentos de ensino vinculados ao Sistema Municipal (Ponta Grossa, 2011).

Destacando as Assessorias e as Supervisões de Departamento¹², conforme elucidado no organograma supracitado, a Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR conta com a Assessoria de Gabinete, Assessoria de Imprensa, Assessoria de Transporte Escolar, Assessoria Jurídica, Supervisão do Departamento de Educação, Supervisão do Departamento Administrativo e Supervisão do Departamento Financeiro. A seguir será discorrido as especificidades de cada uma:

A Assessoria de Gabinete, tem como objetivo auxiliar o (a) Secretário (a) de Educação nos assuntos de cunho pedagógico, administrativo e no âmbito educacional como um todo.

Quanto a Assessoria de Imprensa, o mesmo tem como finalidade a divulgação de assuntos que envolvem a rede de educação, como eventos, informações e fatos que ocorrem no âmbito educacional do município.

A respeito da Assessoria de Transporte Escolar, tem como intuito o fornecimento de transporte escolar para a viabilização do acesso das crianças na escola, além também ser responsável pelo deslocamento dos demais funcionários públicos, como as Assistentes Sociais, as quais utilizam os carros da SME para a realização de visitas domiciliares, reuniões em escolas, entre outras atividades.

Com relação a Assessoria Jurídica, desempenha as atividades referentes à orientação de docentes e das equipes gestoras, além disso, também é responsável pelos processos administrativos.

Partindo agora para as Supervisões, com relação a Supervisão do Departamento de Educação, a mesma tem como finalidade o gerenciamento de sub coordenações, como a coordenação de do Ensino Infantil; do Ensino Fundamental; da Gestão Escolar; da Estrutura e Funcionamento de Dados Estatísticos; da Formação dos Profissionais de Educação e da Educação Especial.

A respeito da Educação Especial, a mesma também conta o Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Especial Inclusiva SUPERAÇÃO - CIAC¹³, o qual também está vinculado à Fundação Municipal de Saúde (FMS) e à Fundação

¹²As informações referente às Assessorias e Supervisões de Departamento foram fornecidas de forma interna pela Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa-PR (SME).

¹³ No organograma da SME, referenciado na figura nº 7 o Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Especial Inclusiva SUPERAÇÃO - CIAC, está descrito com o nome antigo "CMAEE - Centro Municipal de Atendimento à Educação Especial".

de Assistência Social (FAS). De acordo com o Decreto nº 22110, o qual dispõe sobre o CIAC, a Secretaria Municipal de Educação tem como atribuições

Art. 4º As ações do CIAC SUPERAÇÃO serão desenvolvidas de forma integrada com atribuições específicas de cada Secretaria e Fundação vinculadas. § 1º São atribuições da Secretaria Municipal de Educação (SME): I - Realizar mapeamento da demanda com necessidade de atendimento no CIAC SUPERAÇÃO; II - Analisar as demandas, via assessoramento pedagógico da Educação Especial Inclusiva, para encaminhar ao atendimento específico no CIAC; III - Realizar avaliações psicoeducacionais, através do Serviço de Psicologia Escolar, de alunos que possuem extrema dificuldade de aprendizagem, e que, após as intervenções constantes realizadas nas unidades escolares, não houve avanço; IV - Oportunizar momentos de escuta e rodas de conversa entre famílias e profissionais da Educação, do Serviço de Psicologia Escolar e Serviço Social Escolar, para orientações, esclarecimentos e possíveis encaminhamentos; V - Ofertar atendimentos de cunho pedagógico em: Desenvolvimento Motor, Estimulação Cognitiva, Manejo de Comportamento, Artes Visuais e Musicalização com profissionais com formação específica para atuar na área, podendo ser ampliado para outros atendimentos específicos, de acordo com a demanda advinda; VI - Desempenhar outras atividades compatíveis de caráter pedagógico.

A respeito do Serviço Social Escolar, podemos destacar que até o ano de 2023, o organograma da SME contava com o mesmo vinculado a Supervisão do Departamento de Educação, já no ano de 2024, o Serviço Social Escolar encontra-se pertencente à Divisão dos Assuntos do Direito da Criança.

Em relação a Supervisão do Departamento Administrativo, a mesma também conta com sub condenações como a coordenação de infraestrutura e logística da alimentação; de transporte; de gestão de pessoas; técnica administrativa de recursos humanos; infraestrutura física; entre outros.

A respeito da Supervisão do Departamento Financeiro, a mesma realiza o gerenciamento da divisão de convênios e descentralização de recursos e da coordenação de controle financeiro.

Sendo assim, conforme elucidado a configuração da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR, o próximo item contará com a configuração da educação básica do município, pontuando aspectos relacionados ao ensino infantil e fundamental.

2.5 EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR

Esse item procura descrever a educação no município de Ponta Grossa - PR, colocando em evidência uma educação universal, pública e gratuita. Nesse contexto,

não será discorrido sobre a educação particular, demonstrando a realidade apenas da educação pública no referido município.

Para que se possa tratar desse contexto, vamos retomar sobre o que dispõe a LDB (1996) sobre a organização da educação no Brasil, sendo um sistema articulado entre a União, os Estados e os Municípios.

Retomamos também a discussão sobre o Plano Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR (2014 - 2025) o qual também foi evidenciado anteriormente. O PME tem como finalidade desenvolver diretrizes, ações, estratégias, metas e objetivos, para implementar e assegurar o desenvolvimento da educação em todos os seus níveis de ensino. Permitindo assim, ampliar as oportunidades de acesso e permanência dos cidadãos na escola.

2.5.1 Níveis de Educação no Âmbito Municipal

Assim como discorrido anteriormente, o município tem como objetivo a oferta da educação no seguimento creches, pré-escolas e ensino fundamental nos anos iniciais.

Partindo desse pressuposto, segundo o PME (2014 - 2025) a educação infantil é compreendida da faixa etária de zero a cinco anos. Sendo assim, a faixa etária de zero a 3 anos de idade é atendida pelo segmento creche, a de 4 a 5 anos de idade pelo seguimento pré-escola, conforme dispõe o artigo 30 da LDB (1990)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (Brasil, 1996).

Desse modo, o segmento creche é ofertado no município nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), já o segmento pré-escola é ofertado tanto em CMEIs como nas Escolas Municipais (Ponta Grossa, 2014 - 2025). Todavia, no segmento creche, o município atende apenas crianças de 7 meses a 3 anos, conforme descrito na instrução normativa nº001/2023¹⁴ e na Lei nº 13.135, de 30 de abril de 2018, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino

¹⁴Conforme dispõe a Instrução Normativa nº001/2023 “5. Solicitação da vaga: deve preencher o Cadastro de Pré-Matricula solicitando uma vaga o pai/mãe ou responsável legal de: 5.1 Criança de 7 (sete) meses a 6 (seis) anos de idade que nunca frequentou a escola. 5.2 Criança de 7 (sete) meses a 6 (seis) anos de idade que frequenta a escola/CMEI e deseja ser transferida para outra/o escola/CMEI no ano de 2023” (Ponta Grossa, 2023).

A Educação Infantil será oferecida em Centros de Educação Infantil, para crianças na seguinte organização: I - Creche: de sete (07) meses até três (03) anos de idade, podendo os grupos serem subdivididos. II - Pré-Escola: de quatro (04) e cinco (05) anos de idade, podendo os grupos serem subdivididos (Ponta Grossa, 2018).

Com relação à educação básica do ensino fundamental, o município oferta o mesmo nos anos iniciais, sendo do 1º ao 5º ano, compreendendo a oferta em escolas de tempo integral e parcial.

Art. 25 O Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano) será organizado de acordo com as seguintes regras comuns: [...] II - a jornada escolar no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, poderá ser ofertada em: a) Escolas de turno/tempo parcial, com carga horária diária de quatro (04) horas de trabalho efetivo em sala de aula, por um mínimo de duzentos (200) dias letivos. b) Escolas de turno/tempo integral, com carga horária diária de sete (07) horas de efetivo trabalho em sala de aula, por um mínimo de duzentos (200) dias letivos. [...] (Ponta Grossa, 2018).

Desse modo, conforme especificado o público atendido em cada segmento da educação do município, o quadro nº 8 apresentará o total de alunos atendidos pela rede de educação municipal, contemplando todos os respectivos segmentos

Quadro 8: Atendimento Geral da Rede de Educação de Ponta Grossa - PR

Ensino Fundamental	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	TOTAL	
		3669	3514	3013	4293	4015	18504
Educação Infantil	Berçário	INF I	INF II	INF III	INF IV	INF V	TOTAL
CMEIs	100	691	1498	2147	2648	1955	9039
Escolas		77	140	236	1216	2196	3865
CEI		21	24	45			90
	CRECHE 4979			PRÉ-ESCOLA 8015			12994
SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL					1323		
TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS PELA REDE					31408		

Fonte: PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Educação. **Dados Técnicos:** Registro Escolar. Ponta Grossa: SME, 2024. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Atendimento-Geral-da-Rede-abril-2024.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

Nota: dados organizados pela autora.

Sendo assim, conforme demonstrado no quadro nº 8, o maior quantitativo de crianças matriculadas é no segmento do ensino fundamental nos anos iniciais, com 18504 matrículas, em seguida temos a educação infantil, que possui 4979 crianças matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, no segmento creche, e 8015 crianças matriculadas na pré-escola.

Desse modo, apesar do número alto no segmento creche e pré-escola, segundo o PME a demanda reprimida do município era de 3481, sendo a procura maior no segmento creche com relação ao infantil I e II (Ponta Grossa, 2015, p.27). Posto isso, para atender a demanda de todo município, o mesmo conta com a parceria do CEI Sagrados Corações localizado na região do Boa Vista, o qual oferta demandas da faixa etária de 1 a 3 anos.

As turmas do infantil, as quais são não-obrigatórias, são respectivamente as crianças de 7 meses a 3 anos, atendidas pelos berçários, Infantil I, infantil II e Infantil III. Com relação ao ensino obrigatório, conforme disposto na Constituição Federal (1988), compreendem o Infantil IV e V, além disso, também se encaixa o ensino fundamental nos anos iniciais: sendo o 1º ano com crianças de 6 anos matriculadas; 2º ano com crianças de 7 anos matriculadas; 3º ano com crianças de 8 anos

matriculadas; 4º ano com crianças de 9 anos matriculadas; e 5º ano com crianças de 10 anos matriculadas (Ponta Grossa, 2015-2025).

Podemos salientar, que as matrículas realizadas devem seguir a linha de corte, salvo algumas exceções¹⁵, seguindo o que dispõe a Resolução nº 2 de, 9 de outubro de 2018

Art. 2º A data de corte etário vigente em todo o território nacional, para todas as redes e instituições de ensino, públicas e privadas, para matrícula inicial na Educação Infantil aos 4 (quatro) anos de idade, e no Ensino Fundamental aos 6 (seis) anos de idade, é aquela definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, ou seja, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março do ano em que se realiza a matrícula (Brasil, 2018).

Assim como destaca o PME (2015 - 2025) é necessário compreender o contexto o qual a criança está inserida, especificando aspectos políticos, históricos, culturais e sociais que possibilitam diferentes visões e compreensões da realidade que as crianças vivenciam.

Nesse sentido, para que tenha uma maior dimensão das crianças que são atendidas no município no âmbito da educação obrigatória e não obrigatória, vejamos a seguir no quadro nº 9 a distribuição das 88 escolas e dos 71 CMEIs

Quadro 9: Quantitativo de Escolas e CMEIs da rede municipal de ensino de acordo com os bairros do município de Ponta Grossa - PR (continua)

BAIRRO	CMEIs	ESCOLAS
Jardim Carvalho	3	6
Cará-Cará	10	9
Neves	6	8
Boa Vista	5	8
Colônia Dona Luiza	7	6
Ronda	2	3
Contorno	9	8

¹⁵ Conforme o que dispõe a Resolução nº 2 de, 9 de outubro de 2018 não será aplicado a linha de corte somente quando “Art. 5º Excepcionalmente, as crianças que, até a data da publicação desta Resolução, já se encontram matriculadas e frequentando instituições educacionais de Educação Infantil (pré-escola) devem ter a sua progressão assegurada, sem interrupção, mesmo que sua data de nascimento seja posterior ao dia 31 de março, considerando seus direitos de continuidade e prosseguimento sem retenção.” (Brasil, 2018).

Chapada	10	11
Periquitos	1	0
Olarias	2	3
Uvaranas	8	11
Órfãs	2	2
Oficinas	3	4
Nova Rússia	3	4
Guaragi	0	1
Uvaia	0	1
Itaiacoca	0	2
Vila Velha	0	1
TOTAL	71	88

Fonte: PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Educação. **Dados Estatísticos:** Unidades Escolares por Região. Ponta Grossa: SME, 2024. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/unidades-escolares/cmeis-2/>. Acesso em: 10 set. 2024.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Com relação ao quadro nº 9, verificamos que a maior quantidade de unidades escolares é o Bairro Chapada, com 21 unidades escolares, seguido do Bairro Cará-Cará e Uvaranas com 19 unidades escolares ao todo. Desse modo, o quadro nº 9 possibilita uma análise da distribuição das unidades escolares no município, identificando áreas com maior ou menor cobertura educacional.

Conforme elencado no PME (2015 - 2015) a SME entende a criança enquanto um sujeito social, a qual é detentora dos direitos buscando a permanência da criança na escola e a melhoria da política educacional. Nessa perspectiva, o município de Ponta Grossa também cumpre com a oferta da educação inclusiva, conforme destaca a LDB (1996)

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; [...] (Brasil, 1996).

Desse modo, o PME (2015 - 2025) destaca também que os sistemas de ensinos devem

se organizar para oferecer aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades / superdotação, além do acesso e da permanência na escola, os serviços educacionais que forem necessários para garantir a aprendizagem e o êxito escolar.(Ponta Grossa, 2015 - 2025, p.47).

Sendo assim, para a efetivação desse direito foram implementadas as salas de recursos multifuncionais (SRM) no município através do Decreto nº 7.225 de 09 de maio de 2013, que viabilizam a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes inseridos na rede municipal de educação de Ponta Grossa - PR. Dessa maneira, as mesmas tem como objetivo

I – A promoção de condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, através de apoio especializado e recursos pedagógicos, de acordo com as necessidades individuais dos/as estudantes. II – A garantia da transversalidade das ações da educação especial no ensino regular. III – A confecção e a utilização de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem (Ponta Grossa, 2015 - 2025, p.52).

O município realiza o atendimento de 1323 crianças nas Salas de Recursos Multifuncionais, além de contar com o Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Especial Inclusiva Superação da Rede Pública Municipal de Ensino de Ponta Grossa - CIAC Superação o qual tem como objetivo o atendimento especializado de estudantes, seja relacionado ao âmbito pedagógico ou clínico.

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SME) e vinculado à Fundação Municipal de Saúde (FMS), à Fundação de Assistência Social (FAS) e à Secretaria Municipal de Esportes (SMESP), e mantido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa-PR, o CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA SUPERAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE PONTA GROSSA - CIAC SUPERAÇÃO, situado na Rua Ermelino de Leão, s/n, Bairro de Olarias, CEP 84.035-000, neste município. Art. 2º O CIAC SUPERAÇÃO objetiva propiciar atendimento especializado de cunho pedagógico e clínico para estudantes, público-alvo da Educação Especial Inclusiva da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos - fase I matriculados nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino. Parágrafo único. Serão priorizados alunos em situação de vulnerabilidade, sem atendimento pedagógico e/ou clínico, com ou sem diagnóstico de Deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Distúrbios de Aprendizagem, Transtornos Mentais, Atraso do Desenvolvimento Neuropsicomotor (ADNPM), com Altas Habilidades/Superdotação (AHSD), e outros diagnósticos que se façam necessários (Ponta Grossa, 2023).

Desse modo, após a contextualização da política de educação no município de Ponta Grossa - PR, o próximo capítulo realizará a discussão acerca dos

instrumentais técnico-operativos do Serviço Social utilizados na educação e os desafios enfrentados pelos profissionais, apresentando os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa.

CAPÍTULO 3

SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM PONTA GROSSA - PR

Este terceiro capítulo tem como objetivo discorrer sobre o Serviço Social inserido na Secretaria Municipal de Educação no município de Ponta Grossa - PR. Apresentando assim, através da percepção dos sujeitos participantes da pesquisa os principais instrumentais técnico-operativos do Serviço Social utilizados pelas Assistentes Sociais e expondo as principais demandas presentes no campo.

O referido capítulo destaca os depoimentos das Assistentes Sociais participantes da pesquisa, enfatizando as demandas, os instrumentais técnico-operativos, os desafios e contribuições da prática profissional em um contexto que envolve a política de educação no município de Ponta Grossa - PR, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

3.1 Reflexões sobre a Prática Profissional do Serviço Social na Secretaria

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram as Assistentes Sociais, que atuam na política de educação na rede pública de ensino do município de Ponta Grossa - PR. Para a construção do trabalho, todas as Assistentes Sociais participaram, essa escolha deu-se por se tratar de um número restrito de profissionais de Serviço Social atuantes na política.

As mesmas ingressaram no campo no ano de 2023, e atualmente apenas 2 estão inseridas na Secretaria Municipal de Educação, a outra profissional está posta no Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Inclusiva Superação da Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa - CIAC Superação.

O CIAC Superação foi instituído no município pelo Decreto 22110, de 21 de Julho de 2023 e tem como objetivo propiciar um atendimento especializado de cunho pedagógico e clínico às crianças que fazem parte do público-alvo da educação inclusiva.

Desse modo, para que possamos avançar na análise dos resultados da pesquisa e conhecer as principais demandas e os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social utilizados, as participantes da pesquisa serão nomeadas como: A.S.1; A.S.2 e A.S.3.

Os resultados da pesquisa empírica ficaram organizados a partir das seguintes categorias de análise, que são: “As Principais Demandas para o Serviço Social na Política Pública de Educação de Ponta Grossa - PR”; “Os instrumentais técnico-operativos utilizados pelo Serviço Social na Política de Educação de Ponta Grossa - PR”; “Dificuldades Enfrentadas no Cotidiano do Serviço Social”; e a “Contribuição do Serviço Social para o Atendimento das Demandas na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR”.

3.1.1 As Principais Demandas para o Serviço Social na Política Pública de Educação de Ponta Grossa - PR

Assim como discorre Lessa (2013) a dimensão educativa da profissão do Assistente Social, nos espaços o que atua é visivelmente fundamental, visto que a ação do profissional sempre vem acompanhada da informação, da troca, da escuta qualificada, a qual deve ser crítica e solidária, do debate de situações em que percepções de mundo são difundidas, analisadas, questionadas. Sendo assim, essas características estão presentes na intervenção do profissional no cotidiano em diferentes campos, assim como na atuação do mesmo na educação.

Desse modo, Amaro (2017) discorre que a educação não se faz palco apenas de diálogos exclusivamente curriculares, mas se faz também um ambiente onde se descortinam a diversidade de cada sujeito, as diferentes histórias de vida, os seus interesses e necessidades. Revelando-se assim, um espaço dinâmico e dialético, o qual evidencia o processo de cidadania.

Assim como relatado no capítulo 1, a questão social é objeto de trabalho do Assistente Social, o qual se depara cotidianamente com suas expressões, como o desemprego, o analfabetismo, a fome, entre outras (Machado, 1999).

Sendo assim, Amaro (2017) ressalta que a escola em seu cotidiano evidencia fenômenos como racismo, violências, trabalho infantil, agravos a saúde e uma constante luta pela cidadania. Diante desses apontamentos, as entrevistas apontaram quais eram as demandas do Serviço Social dentro da política de educação pública no município de Ponta Grossa - PR

Quadro 10: As principais demandas para o Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A.S.1	<p>“Então, as principais demandas aí, em primeiro lugar, é frequência escolar, que é o que mais tem. [...] Outra demanda, né, então são os casos de violência. Então, pelo menos uma vez por dia, chega alguma situação assim, né, geralmente a equipe liga pra perguntar bem certinho, ou eles já sabem, porque a gente já orientou bastante sobre isso, né. [...] Então, infrequência, violência, funcionários, aí tem a demanda espontânea [...] E as demandas de vagas [...] Demandas de bullying, esse ano, não recebi muito, se recebi, foi uma, já fiz o encaminhamento também pra própria equipe pedagógica, que é assessora pedagógica, pra estar fazendo o atendimento. Questões étnico-raciais, esse ano também não recebi nada. [...] Ah, e demanda mais, assim, burocrática, né? É questão de ofício, de SEI, de OXI.¹⁶ [...] Então, do transporte escolar especial, não do regular, as solicitações vêm para o Serviço Social para fazer a triagem [...]”</p>
A.S.2	<p>"A maior demanda seria relacionada à questão da infrequência escolar dos alunos inseridos na rede. Então, a gente recebe, através do formulário de busca ativa, a gente recebe as informações a respeito das faltas dos alunos. A gente também faz a parte do transporte, da triagem do transporte que as crianças especiais têm direito. Eu acredito que as maiores demandas são a infrequência escolar, a questão do transporte e aí tem algumas demandas pontuais que a gente acaba atendendo também. Então, a questão da negligência, violência, [...] encaminhamento para a rede, mas a maior seria a infrequência escolar"</p>
A.S.3	<p>"Eu acho que primeiro do geral a busca ativa, né? Então a infrequência, a dificuldade que os alunos têm com relação à defasagem escolar eu acho que um pouco pela infrequência mesmo e aqui, no meu caso, mais por questão neurológica mesmo, psicológica às vezes, questão de saúde que acaba afetando também esse desenvolvimento da criança na escola. [...] Também aqui, tá questão do transporte, porque veja criança que vem aqui, muitas não tem laudo, muitas, muitas as que tem, a gente faz o passe-livre. Beleza, tem laudo pede o passe-livre ali, a família vem tranquilamente e as que não tem, não tem, você não tem pra onde correr [...]"</p>

Fonte: Pesquisa de campo a partir de realização de entrevista semiestruturada.

Notas: dados trabalhados pela autora

Desse modo, a partir dos apontamentos das entrevistadas, podemos observar que as principais demandas que aparecem no quadro nº 10, as quais aparecem em todos os relatos são de infrequência escolar e questão do transporte (transporte público e transporte destinado às crianças especiais). Outras questões pontuais que aparecem nos relatos são questões de saúde, demanda espontânea, violência e negligência, mas que se faz necessário esse apontamento.

¹⁶ A respeito do relato da A.S.1 os ofícios, são documentos enviados pelos órgãos públicos para solicitar ou comunicar algo que seja do interesse da instituição, no caso a Secretaria Municipal de Educação. A respeito do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), é uma plataforma digital utilizada para a gestão de processos administrativos. Com relação ao sistema OXY, o mesmo também é uma plataforma digital de acompanhamentos de processos administrativos, porém o mesmo é utilizado mais para o requerimento do transporte especial pela sociedade.

Nessa perspectiva, retomamos o que foi discutido no capítulo 2 a respeito do direito à educação, apontando a Constituição Federal (1988), o ECA (1990) e a LDB (1996). Destacando assim, o artigo 3 da LDB

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; [...] XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) [...] XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva (Brasil, 1996).

A respeito da infrequência escolar, a mesma é compreendida como a falta de frequência adequada do aluno no ambiente escolar durante o ano letivo, “[...] a infrequência escolar ocorre em virtude de diversas causas e é um dos fatores que interfere diretamente na concretização do direito à educação” (Souza *et al.*, *apud* Matos, 2021, p.75-76).

Matos (2021) ainda discorre que a infrequência escolar pode ser compreendida como uma forma de expressão da questão social, a qual significa compreender não apenas sua aparência, mas visualizar a totalidade, uma vez que esse fenômeno pode estar atrelado a diferentes motivos como conflitos escolares, dificuldade no aprendizado ou defasagem escolar, relações familiares precarizadas, trabalho infantil, questões ético-raciais, bullying, distorção série-idade, entre outros.

Assim como aponta Bueno (2007), a frequência escolar do aluno de forma assídua no ambiente escolar pode resultar no crescimento individual deste sujeito, contribuindo também para o seu conhecimento formal, adoção de práticas sociais e ambientais de forma saudável, além de contribuir para a formação de cidadão que sejam capazes de atuar socialmente, economicamente e politicamente no sentido de estabelecer a promoção de uma sociedade mais justa.

A respeito da demanda espontânea, assim como salienta Souza (2015), a mesma é compreendida pela procura do usuário em sanar suas necessidades de forma rápida. Na SME, os usuários realizam a procura do Serviço Social para

sanar assuntos referentes a vaga, preenchimento da Pré-Matrícula¹⁷, procura do transporte especial, entre outras.

Sendo assim, o CFESS (2022) discorre que esse atendimento direto ao usuário proporciona que o profissional de Serviço Social chegue o mais próximo possível de sua realidade, colocando assim, a dimensão técnico-operativa em prática. Assim como pontuada no capítulo 1, a dimensão técnico-operativa é compreendida pela dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A respeito do transporte que aparece no relato de todas, seja relacionado ao transporte especial ou ao transporte público, verificamos na sequência a distinção de ambos e a dificuldade encontrada pelas profissionais.

O transporte especial ofertado pelo município de Ponta Grossa - PR, assim como descrito pela Lei nº 13651, é um serviço direcionado à educação especial para alunos que frequentam ensino regular e as Instituições de Ensino Especial para Escolarização. Dessa maneira, a dificuldade apontada pelas mesmas diz respeito a triagem do transporte, pois para a sua concessão são exigidos alguns documentos, assim como destaca o artigo 7

Art. 7º Para fazer uso desta modalidade de transporte o usuário deverá obedecer, conforme estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, aos seguintes critérios: I - o (a) aluno (a) deve estar matriculado na Escola de Ensino Básico - fundamental ou infantil - da Educação Especial; II - a família do(a) aluno(a) deve estar registrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) e receber até 3 (três) salários mínimos (nacional) de renda mensal; III - possuir laudo médico atestando o estado de deficiência (Ponta Grossa, 2020).

Dessa maneira, devido às demais demandas do Serviço Social, a triagem dos documentos precisa ser de forma cautelosa, o que por vezes dificulta as atividades a serem desenvolvidas ao longo do dia.

Com relação ao transporte público, o passe-livre foi instituído pela Lei Estadual nº 18.419/2015, e tem como finalidade a concessão do passe livre para pessoas com deficiência que possuem uma renda familiar per capita inferior a 2 salários mínimos, permitindo aos indivíduos uma melhor locomoção (Paraná, 2024).

¹⁷ Segundo a Instrução Normativa nº001/2023 o sistema de cadastro de Pré-Matrícula é "O Cadastro de Pré-matrícula é um sistema virtual no qual o pai/mãe ou responsável legal pela criança registra a solicitação de vaga/transferência nas escolas municipais ou centros municipais de educação infantil" (Ponta Grossa, 2023).

Todavia, para a concessão do mesmo, assim como afirma o artigo 86 é apresentação do laudo médico e demais documentações.

Sendo assim, na fala da entrevistada A.S.3 é a dificuldade da concessão do passe livre para acesso e permanência desses sujeitos no CIAC Superação, atrelando a dificuldade do acesso à saúde. A respeito das atividades exercidas no CIAC Superação, as mesmas foram descritas no capítulo 2 no item 2.4 e 2.5.1.

Valente (2018) ressalta que a Constituição Federal de 1988 instituiu a saúde como um direito de todos os cidadãos, e que o Sistema Único Saúde garante a sua universalização, equidade e integralidade, onde os mesmos deveriam promover as necessidades dos cidadãos, diminuindo assim, a suas iniquidades e contribuindo para um acesso de qualidade, promovendo a dignidade de todos.

Ao realizar uma busca na lista de espera do SISREG¹⁸ da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa - PR para a lista em “Consulta em Neurologia - Pediatria”, pode-se verificar que existem solicitações de consulta desde o ano de 2018, com cerca de 1910 crianças aguardando a consulta. Com relação a “Consulta em Psicologia - Infantil” a lista de espera possui 8 indivíduos aguardando a consulta, os quais realizaram as solicitações apenas no ano de 2024. Sendo assim, podemos verificar algumas dificuldades enfrentadas no acesso à saúde por parte das crianças do município.

Outra demanda apontada pelas entrevistas A.S.1 e A.S.2 é a questão da violência. A violência por ser um fenômeno complexo e resultante de múltiplas determinações pode assumir diferentes dimensões e contextualizações. Desse modo, pode ser definida como qualquer ato ou ação de um indivíduo ou grupo cujo fim é ferir ou ofender um indivíduo (Anser, Joly e Vendramini, 2003).

As violências que mais são cometidas contra crianças e adolescentes, assim como aponta um relatório do Paraná (2024) são violência física, sexual, psicológica e psicológica. A coleta de dados do relatório do Paraná (2024) se deram através de

¹⁸ A lista de Espera do Sistema Nacional de Regulação (SISREG) tem como objetivo a distribuição de vagas para consultas, procedimentos médicos, a identificação da proporção da oferta e a demanda, entre outros (Brasil, 2024).

informações do Sípia¹⁹, Sinan²⁰ e disque 100²¹, com recorte dos anos 2020 a 2023 e se distribuem da seguinte maneira: violência física é a forma com maior prevalência no Sinan, com 44%; a violência sexual é a forma com maior prevalência no Sípia, com 53%; e a violência psicológica é a forma com maior prevalência no Disque 100, com 59%.

Além disso, a negligência também pode ser uma forma de violência, assim como apontado na fala da A.S.2, a mesma pode representar a omissão em relação à proteção integral, sendo expressadas na falta de provimento de alimentos, roupas, cuidados escolares e médicos, entre outras omissões que afetam o desenvolvimento e crescimento infantil e juvenil, além disso, a mesma também pode partir de alguma instituição, seja ela um órgão privado ou público (Sanchez e Minayo, 2006).

Com relação ao Bullying, embora pontuado pela entrevistada A.S.1 que não houve demandas sobre essa questão e se teve a mesma fez o encaminhamento para a escola, podemos salientar que o Bullying também é um violência, o qual pode levar a infrequência escolar, como já evidenciado anteriormente.

Desse modo, o Bullying pode ser compreendido como uma violência física ou psicológica, intencional e repetitiva que ocorre sem motivação, praticada por grupos ou indivíduos contra uma pessoa com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la. As principais causas podem ser angústia, sofrimento, ansiedade, entre outros (Paraná, 2022).

Com relação a questão étnico-racial, embora não tenha ocorrido nenhuma questão relacionada a isso segundo a A.S.1, importante lembrar que a questão étnico-racial é considerada ocultada pelo confortável silêncio, silêncio esse que camufla as desigualdades presentes no território nacional (Henriques, 2020 *apud* Oliveira e Ferreira, 2012). Nessa perspectiva, se faz necessário um olhar mais

¹⁹ O Sípia é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais que constam no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Sípia são dados agregados em nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base única nacional para formulação de políticas públicas no setor (Brasil, 2023).

²⁰ O Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Desse modo, é um instrumento relevante para auxiliar o planejamento da saúde, definir prioridades de intervenção, além de permitir que seja avaliado o impacto das intervenções (Brasil, 2024).

²¹ O Disque Direitos Humanos - Disque 100 é um serviço de utilidade pública do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, conforme previsto no Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, especialmente as que atingem populações em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2023).

atento a essas questões dentro dos ambientes escolares, uma vez que o preconceito racial é entendido como problema cultural no país (Oliveira e Ferreira, 2012).

A entrevista A.S.3 pontuou também os obstáculos encontrados no âmbito da saúde quanto ao acesso dos alunos a médicos especialistas, o que acaba resultando em dificuldades para o desenvolvimento integral do mesmo. Assim como discorrido no capítulo 2 deste trabalho, o artigo 4 do ECA ressalta que “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação [...]” entre outros.

Em suma, visto as demandas apresentadas pelas entrevistadas na política pública de educação no município de Ponta Grossa - PR, verificamos no item seguinte os instrumentais técnico-operativos utilizados pelo Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação.

3.1.2 Os instrumentais Técnico-Operativos Utilizados pelos Serviço Social na Política de Educação

No capítulo 1 foi discorrido sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, pois as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa se complementam nas ações desenvolvidas pelos profissionais. Embora possuam suas características específicas, as mesmas não devem ser pensadas deslocadas umas das outras.

Compreende-se que essa vinculação entre as três dimensões expressa que o momento da prática – comumente relacionado com a dimensão técnico-operativa – não se dá desvinculado dos aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos. Destarte, o arsenal técnico-operativo materializado no momento da prática não se explica por si só e não existe de forma autônoma e descolada das demais dimensões (Pereira, 2015).

Nesse sentido, com relação ao instrumental técnico-operativo o quadro nº 11 a seguir apresenta quais são utilizados pelo Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação

Quadro 11: Os Instrumentais Técnico-Operativos utilizado nas Intervenções do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR

A.S.1	"Então, primeiramente a escuta , né? As demandas espontâneas das pessoas vêm muito aqui [...] Então você tem que ter, ali, uma escuta atenta , [...] Pra identificar as situações e averiguar se precisa, [...] tá intervindo, alguma outra coisa, né? Observação , também, é um instrumental utilizado aqui durante as visitas domiciliares, institucionais, reuniões. Instrumental técnico próprio de reunião [...] Relatórios, emissão de relatórios, de pareceres, estudo social na medida do possível [...] Diário de Campo , eu tento fazer também, né? Justamente pra auxiliar ali no que a gente faz. [...] encaminhamentos , né, também, orientações. É, o encaminhamento sem dúvida, todo dia. [...]"
A.S.2	"Nós realizamos atendimento social às famílias que vêm até a secretaria para realizar o pré-cadastro, para posteriormente esta efetivando a matrícula escolar na escola. A gente realiza, então, atendimento social , a gente realiza entrevista social , contato com a rede quando necessário, com a rede intersetorial, visita domiciliar nos casos de infrequência escolar que a gente não consegue resolver por telefone. Então, visita domiciliar, busca ativa , a gente faz também bastante"
A.S.3	"Eu acho que é a visita domiciliar , mas assim todos que a gente utiliza a gente faz uma acolhida, a gente faz dependendo das vezes quando é uma situação que vem assim espontânea, a gente faz um protocolinho de atendimento, a gente registra , tem as planilhas que a gente também coloca ali pra sistematizar as ações. São as entrevistas, a escuta qualificada, as visitas domiciliares e institucionais , acho que são mais essas"

Fonte: Pesquisa de campo a partir de realização de entrevista semiestruturada.

Notas: dados trabalhados pela autora

Assim como apresentado no quadro nº 11, os instrumentais técnico-operativos que mais aparecem na fala das entrevistadas são visita domiciliar e institucional, entrevista social e escuta atenta ou escuta qualificada. Os demais instrumentais que aparecem são observação, reuniões, estudo social, emissão de relatórios, pareceres, encaminhamentos, contado com a rede intersetorial, busca ativa e diário de campo.

Com relação a visita domiciliar, assim como discorrem Silva e Moura (2016) a visita domiciliar permite que o Assistente Social identifique fatores da vida local da família, possibilitando uma observação da dinâmica de vida de cada indivíduo. As autoras ressaltam que o instrumental técnico é utilizado para várias finalidades, como a elaboração de estudo social, para realizar busca ativa dos usuários, para dar retorno e agilizar encaminhamentos de procedimentos institucionais, realização de acompanhamento, entre outros.

Nesse sentido, a visita domiciliar realizada pelo Assistente Social na educação, tem como intuito o diagnóstico da realidade das famílias, identificação de

fatores de vulnerabilidade social, prevenção da evasão e intercorrências de infrequência escolar, articulação com os demais órgãos, entre outros.

O instrumental de busca ativa, também pode estar relacionado com a visita domiciliar. Silva e Moura (2016) evidenciam que quando não há a adesão dos sujeitos aos serviços, se faz necessária a busca ativa para iniciar um trabalho interventivo, retomando o contato com as famílias, sendo uma importante ferramenta para contemplar informações sobre o território, permitindo uma melhor compreensão da realidade social.

No âmbito escolar, a busca ativa tem como objetivo o enfrentamento da exclusão escolar, garantido assim o acesso e permanência dos alunos na escola, assim como pautado no capítulo 1, conforme destacado pelo ECA (1990) e a LDB (1996) e a Constituição Federal de 1988 (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2020).

A respeito da busca ativa no âmbito escolar, podemos ressaltar que a mesma é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitará planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos dos sujeitos que se encontram em idade escolar (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2024).

Sendo assim, Siquére e Silva (2011) destacam que o Assistente Social tem uma relação fundamental com o trabalho da busca ativa, pois esse profissional possui uma formação pautada em seus princípios éticos, lutando pela promoção da democracia, liberdade, igualdade, respeito às diferenças e cidadania. Desse modo, é o Assistente Social que realiza as primeiras aproximações com a família, o qual tem mais contato com suas vulnerabilidades, situações socioeconômicas, violências as quais vivenciam, entre outras.

A visita institucional, assim como a visita domiciliar também desempenha um papel fundamental na coleta de dados, verificando a totalidade da realidade de determinada família (Costa e Albiero, 2023). Como as políticas públicas também realizam um trabalho em rede, a articulação desses diferentes órgãos se faz fundamental.

[...] o/a assistente social trabalhará juntamente com representantes de outras áreas científicas os quais estarão presentes em outros setores de serviços públicos, onde a sua participação no que diz respeito a discussão, avaliação, execução e resolução das demandas sociais da população usuária, dar-se-á conforme o Código de Ética do Serviço Social (CFESS, 1993 apud Costa, 2022, p.31-32).

A entrevista social, assim como argumenta Faermann (2014), não se pode supor uma dinâmica única para a realização da mesma, pois o trabalho do Assistente Social encontra-se sujeito às relações sociais. Desse modo, a realidade social e o campo de intervenção profissional encontram-se em permanente movimento. Podemos destacar, que a entrevista social não é um instrumento próprio do Serviço Social, mas utilizado também por diferentes profissionais e para finalidades distintas.

Lavoratti (2016) destaca que a entrevista no Serviço Social tem como objetivo e finalidade a intervenção na realidade social, e se faz de maneira dialética entre o Assistente Social e seus usuários. Assim como salientado no capítulo 1, sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a entrevista social, assim como os demais instrumentais do Serviço Social devem sempre estar articulados com as referidas dimensões.

A escuta qualificada ou a escuta atenta, assim como ressalta a entrevistada A.S.1, é um instrumental que pressupõem a compreensão da realidade do indivíduo, suas necessidades sociais, sua opinião, suas experiências sociais que o levaram a procurar os serviços ou a forma que o Assistente Social tem de conhecer a realidade, social, econômica e política onde a família está inserida (Portes e Portes, 2016).

No processo de conhecimento do universo socioeconômico e cultural do usuário é importante desenvolver uma escuta qualificada do sujeito que chega até as instituições sociais, para buscar compreender também as expectativas que este possui sobre o trabalho do Serviço Social e os desdobramentos do atendimento institucional, para poder esclarecer as possibilidades da intervenção profissional e as articulações necessárias para

a produção de um efeito imediato na garantia de seus direitos (Lavoratti, 2016).

A observação deve ser um instrumental técnico-operativo articulado com os demais, contribuindo para uma operacionalização profissional, a mesma também é utilizada por diversas áreas do conhecimento, não sendo uma prática específica do Assistente Social. Sendo assim, não se dá forma espontânea, mas sim através de um planejamento, de uma “ação refletida que sabe aonde quer chegar, o que pretende fazer, o que precisa conhecer” (Portes e Portes, 2016, p.69).

A respeito da reunião, Vileirine (2016) discorre que é um instrumento muito utilizado pelo Assistente Social, tanto em ações desenvolvidas com grupos, como na interação com usuários, comunidades e encontros profissionais. Desse modo, deve ser um instrumento coletivo de interação, trazendo informações, conhecimentos, experiências, reivindicações, entre outros, sendo um espaço crítico e reflexivo (Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2023).

O estudo social, assim como destacado pela Entrevistadas A.S.1, é um instrumento privativo do Serviço Social, ao realizar esse estudo social o Assistente Social desenvolve um processo de conhecimento da realidade de vida de cada indivíduo, apontando suas vivências históricas, sobrepondo “situações expressas concretamente e construídas socialmente, as quais recebem determinação de variadas dimensões que compõem a vida e as relações sociais (CFESS, 2022).

Nesse processamento do estudo social, as dimensões da realidade a serem apreendidas por meio de variados instrumentos e técnicas passam pelas condições sociais de vida, pelo acesso ou não aos direitos sociais, o que implica, a depender de sua finalidade – a qual orienta a necessidade ou não de aprofundamento e o seu limite –, investigar sobre o acesso ou não ao trabalho decente, à moradia adequada, à educação de qualidade, à saúde, à segurança da alimentação. E ainda sobre as relações sociofamiliares, relações de classe, gênero, raça/ etnia, o processo de socialização e a sociabilidade numa sociedade marcada pela desigualdade social ditada pelo capital (Conselho Federal de Serviço Social, 2020, p.51-52).

Sendo assim, o estudo social é um dos instrumentais técnico-operativos utilizados pelo profissionais de Serviço Social, sendo um objeto de investigação e análise das condições sociais, econômicas e culturais dos sujeitos, as quais visam compreender suas demandas frente a realidade a qual estão inseridos.

Com relação a emissão de relatório social, o mesmo é um documento escrito, produto de um levantamento de informações, dados, fatos recolhidos sobre a

realidade de determinado indivíduo, ou seja, um registro escrito do que foi possível conhecer através do estudo, relatando a exposição de fundamentos, e dados padronizados (Vieira, 2011).

Sendo assim, de modo geral o relatório pode ser referente a uma pesquisa, uma atividade desenvolvida em algum determinado setor ou contendo informações sobre providências desenvolvidas e encaminhamentos realizados através da realização de uma visita domiciliar, uma reunião institucional, entre outras (Magalhães, 2006).

O relatório social pode ser mais ou menos detalhado, pode documentar informações e análises relativas a atendimentos e acompanhamento de uma situação em diferentes momentos ou, dependendo da urgência de providências ou da finalidade de cada atendimento, pode implicar vários relatórios sobre a mesma situação. Ou, ainda, as informações decorrentes de várias entrevistas em diferentes momentos podem resultar em apenas um relatório final, mais completo (CFESS, 2020, p.67-68)

O parecer social, deve ter por base a observação e o estudo social, já relatamos anteriormente suas especificidades. Desse modo, a elaboração do parecer social se dá através de uma situação observada e estudada pelo Assistente Social, a qual deve pontuar sua opinião profissional (Moreira, 2007 apud CFESS, 2020).

Fávero (2005) discorre então, que o parecer social diz respeito a esclarecimentos e análises, com conhecimentos específicos do Serviço Social, tratando-se assim de exposições e manifestações sucintas, focando diretamente na situação social analisada.

Com relação a construção do parecer social Moreira e Alvarenga (2005) salientam que

Ao levantar os elementos constitutivos para emissão do parecer social devem-se levar em consideração as representações, os valores e os significados presentes no contexto sociocultural onde o usuário desenvolve relações sociais e de convivência. Nesse cenário o núcleo familiar, a satisfação das necessidades básicas, a posição do usuário no grupo familiar a partir da interdependência do vínculo econômico-social e a inserção no mercado de trabalho nortearão os elementos constitutivos a serem trabalhados, dependendo da situação a ser caracterizada (Moreira e Alvarenga, 2005, p.61).

Assim como discorre o CFESS (2022), os encaminhamentos fazem parte da atuação cotidiana dos Assistentes Sociais, pois são encaminhamentos que possibilitam ao usuário o acesso às demais políticas públicas.

O encaminhamento realizado pela/o assistente social transborda os limites estreitos do direcionamento da demanda, que não integra o rol de serviços ofertados pela instituição em que a/o profissional atua, para outro serviço que o faça. Essa valorosa competência se insere na dimensão socioeducativa, ética e política na relação com as/os usuárias/os (Conselho Federal de Serviço Social, 2022, p.152-153).

Sendo assim, outra questão pontuada é o contato com a rede intersetorial, o qual também pode-se se fazer através dos encaminhamentos. Nessa perspectiva, Bourguignon (2007, p. 248) ressalta que “o termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social”. Desse modo, o trabalho intersetorial visa a articulação com os demais órgãos para garantir o bem estar e pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Trata-se da articulação entre as políticas públicas através do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social. Considera-se a intersectorialidade um princípio que orienta as práticas de construção de redes municipais. (Bourguignon, 2007, p. 247 - 248)

Nesse sentido, a rede intersetorial proporciona o acesso de famílias e indivíduos a seus direitos, garantindo assim a integralidade de serviços que sejam capazes de sanar suas demandas, constituindo também um modelo organizado, pactuando fluxos e se mantendo contínuo.

Imperatori e Alencar (2022) salientam que o diário de campo do Assistente Social é mais que um “caderninho”, é o onde o profissional sistematiza suas ações cotidianas, indo além de descrições de uma dada realidade. O registro profissional no diário de campo, permite que as atividades realizadas, os limites e desafios enfrentados sejam objeto de reflexão do Assistente Social, permitindo que o mesmo reflita sobre as práticas vivenciadas.

Como já destacado qual a finalidade de cada instrumental técnico-operativo no Serviço Social, no quadro nº 12 será verificado como as entrevistadas adaptam cada instrumental nas intervenções realizadas no cotidiano.

Quadro 12: A seleção e adaptação dos Instrumentais Técnico-operativos utilizados nas intervenções realizadas pelo Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR

A.S.1	“Então, não são todos os casos que a gente emite relatório , por exemplo, que é um instrumento que é utilizado bastante. Então, situações de infrequência , por exemplo, [...] é feito uma devolutiva ali pra [...] unidade [...] não são todas as situações que precisam de visita domiciliar , mas a gente faz esse filtro. Igual eu comentei no começo, 10 faltas, vamos tentar aqui uma ligação, uma conversa. Ah, é uma situação que está mais grave que situação de vulnerabilidade ou negligência , aí a gente seleciona para fazer visita . Ou então, marca uma reunião na escola para fazer visita institucional . Então, assim, depende muito de como que vem essa situação”
A.S.2	“[...] Então, a partir do momento que a gente lê ali o relatório , a gente vê o formulário, a gente identifica a situação, a gente já planeja qual instrumental vai ser utilizado. Então, na maioria dos casos, em um primeiro momento é o contato com a família e, se necessário, a gente realiza a visita domiciliar . [...] gente faz contato por telefone. Às vezes, a gente vai na casa ou às vezes, a gente chama a família para reunião na secretaria”
A.S.3	"Normalmente eu vejo conforme a demanda chega mesmo, se a escola manda o relatório falando que fez diversas tentativas, que a família é uma família ausente que não se importa, entre aspas, não se importa com a situação da criança, então eu já vou fazer visita direto porque não adianta chamar a família e não virar, se ela não vai na escola, imagina aqui. Então assim que eu vejo que há necessidade de ir até lá quando é uma situação que, ah, são poucas faltas é uma criança que é regular, ela frequenta normalmente, então pode ser que ela faltou porque só estava doente, então a gente faz uma ligação, conversa com a família primeiro e vê a necessidade ali, conforme vai a conversa, se precisa fazer uma visita ou não [...]"

Fonte: Pesquisa de campo a partir de realização de entrevista semiestruturada.

Notas: dados trabalhados pela autora

Podemos verificar que alguns dos instrumentais citados pelas entrevistadas A.S.1, A.S.2 e A.S.3 no quadro nº 11 apareceram novamente no quadro nº 12. A adaptação desses instrumentos se faz necessário pelas demandas apresentadas pelas famílias ou pelas dificuldades do exercício de algum instrumental técnico-operativo ou demais dificuldades, as quais serão discorridas no item 3.1.3.

Assim como descreve Trindade (2001) o Serviço Social trabalha em seu cotidiano com variadas intervenções sociais, fazendo-se assim delimitar e averiguar quais instrumentos que serão utilizados em suas ações. Desse modo, o profissional deve ter clareza quanto aos instrumentais que serão utilizados, [...] quanto a dimensão técnico-operativa, clareza e domínio na seleção dos diferentes instrumentos e técnicas que operacionalizará toda a ação; [...]" (Costa e Oliveira, 2016, p.2009).

Pereira (2019) também esclarece que os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social possibilitam a execução das intenções projetadas pelo mesmo e que

o planejamento e execução dos instrumentais e ações que serão tomadas se fazem fundamentais no cotidiano profissional. Buscando assim, sanar as demandas apresentadas pelos sujeitos, pois “O trabalho realizado no cotidiano pelos Assistentes Sociais surge a partir da demanda apresentada pelo usuário do serviço” (Lima e Belo, 2020, p.20).

Quadro 13: O auxílio dos Instrumentais Técnico-operativos no planejamento e execução das intervenções realizadas pelo Serviço Social na Secretaria Municipal de educação de Ponta Grossa - PR

A.S.1	“Primeiro, né, pra você conseguir identificar certas coisas, você precisa ter uma escuta ali totalmente desvincilhada de preconceito, de juízo de valor. Então, isso auxilia muito a gente a compreender a realidade da pessoa, pra você poder fazer certas orientações e encaminhamentos , né? Porque quando a gente julga, a gente tem esse viés assim mais de ajustamento, [...] Isso não ajuda a pessoa, muito pelo contrário. Então, os instrumentais, eles são muito importantes nesse sentido , né? De você realmente se preparar e saber como intervir. [...] Então, os instrumentais são, assim, eles caminham junto ali com a prática do Assistente Social justamente porque sem eles não tem como a gente trabalhar [...]”
A.S.2	“ Os instrumentais são fundamentais , sem eles a gente não consegue desenvolver o nosso trabalho. Então, toda ação que o Serviço Social realiza aqui na secretaria é baseada em algum instrumental , os quais eu já citei anteriormente”
A.S.3	“É que através desses instrumentais a gente vai conhecer a realidade das famílias , a gente vai entender o contexto que eles vivem, qual que é a dinâmica familiar , qual que é o relacionamento entre família e escola ”

Fonte: Pesquisa de campo a partir de realização de entrevista semiestruturada.

Notas: dados trabalhados pela autora

O quadro nº 13 aponta no relato das entrevistadas sobre a importância dos instrumentais técnico-operativos no exercício da profissão. Desse modo, os relatos demonstram a importância que os instrumentais têm na compreensão da realidade das famílias e sujeitos, na orientação e encaminhamentos realizados pelas Assistentes Sociais e como os mesmos devem ser desvinculados de juízo de valor, além disso, a dimensão técnico-operativos aparece nos relatos como uma dimensão que caminha junta e auxilia nos atendimentos realizados pela profissão do Serviço Social.

Assim como discorre Mazuelos (2021) o Serviço Social é uma profissão que tem a possibilidade de se aproximar da vida das pessoas às quais atende em suas intervenções. Aproximando-se assim da realidade cotidiana dos indivíduos, abrindo um leque de possibilidades de intervenções e mediações que sejam assertivas, buscando em seus atendimentos uma atuação técnica e reflexiva.

A utilização de instrumentais é fundamental para a prática profissional do Serviço Social. Assim como todas as profissões existentes, o Assistente Social também necessita de ferramentas para a execução de seu trabalho, e sendo um trabalho o qual está inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de suas bases teóricas, as quais foram apresentadas no 1 capítulo, que são as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (Pereira, 2019).

Nesse sentido, Pereira (2019) também aponta, assim como relatado pela A.S.1, que as intervenções profissionais devem ser realizadas de forma clara, mantendo um diálogo com os usuários e jamais de forma invasiva ou realização de qualquer juízo sobre a situação. Desse modo, os instrumentais que compõem a dimensão técnico-operativa do Serviço Social possibilita compreender as diferentes interfaces presentes no cotidiano de cada família, buscando exercer encaminhamentos que sejam fundamentais para os usuários.

3.1.3 Dificuldades Enfrentadas no Cotidiano do Serviço Social

Neste item será discorrido sobre as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de Serviço Social na educação. Desse modo, a partir do quadro nº 14, será possível verificar o relato das mesmas frente a essas dificuldades.

Quadro 14: Dificuldades encontradas no cotidiano das intervenções do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR (Continua)

A.S.1	"A primeira dificuldade que eu vou relatar é a questão de recursos humanos . [...] Então, assim, seria muito importante que, se fizesse valer a Lei 13.935 , tivesse mais pessoa para trabalhar, porque é realmente uma necessidade no município [...] Outra dificuldade é essa situação da demanda espontânea sempre vir aqui, entende? Então, às vezes, não é demanda para o Serviço Social, né? Só que, claro, a gente não vai deixar a pessoa desamparada, vai fazer a orientação do que ela precisa fazer. Mas, assim, muitas coisas, às vezes, é para aqui, porque o pessoal acha que tudo é do Serviço Social [...] Outra dificuldade, né? Às vezes é na dificuldade das próprias equipes compreenderem o que é o trabalho do Serviço Social , né? Elas veem o trabalho, assim, mais como algo punitivo, né? E de aconselhamento [...] E também não é culpa delas [...] E é nosso papel, né, alertar as pessoas sobre isso, a gente está constantemente fazendo isso [...] Então, às vezes as pessoas acham que a gente é conselheiro, né? E tem que ter esse olhar, assim, mais fiscalizador, mais policaiesco, coisa que a gente não trabalha mais dessa forma, né? Nessa perspectiva endogenista [...]"
A.S.2	"Bom, em relação à dificuldade principal, acredito que seja a questão de recursos humanos . Então, nós estamos em duas Assistentes Sociais aqui na secretaria para atender todas as crianças de todas as escolas do município. Então, a gente acaba tendo que filtrar ali o que é mais importante para a gente conseguir atender. Se tivessem mais profissionais, o trabalho seria mais fácil, a gente conseguiria também atingir mais alunos e atender com maior rapidez. Eu acredito que seriam recursos humanos mesmo, o principal"

A.S.3	"Mais recorrente é com relação à saúde mesmo, porque o que mais vem aqui pra gente é essa situação da criança que ela tá tendo um comportamento que a professora não tá sabendo manejar, como eu comentei, e aí eles acabam identificando, acabam pelo conhecimento que tem pelo convívio até com outras crianças que já são Laudadas, então as professoras, a equipe da escola acaba percebendo que a criança pode ter algum transtorno então acaba passando pra gente, pra gente tentar encaminhar, pra criança ter um atendimento com algum especialista e essa é a dificuldade, porque o município não dá suporte suficiente pra atender tanta criança que tá vindo com essa demanda de transtorno [...] Então essa tá sendo a maior dificuldade, porque as famílias não podem pagar, vem pra gente e a gente não tem pra onde encaminhar porque a fila da saúde é imensa e a gente não tem como acelerar essa fila [...]"
-------	---

Fonte: Pesquisa de campo a partir de realização de entrevista semiestruturada.

Notas: dados trabalhados pela autora

A primeira dificuldade apontada na fala das entrevistadas A.S.1 e A.S.2 é a falta de recursos humanos, seguindo os demais apontamentos, é possível verificar no relato a Lei 13.935, a dificuldade das equipes da escola compreenderem o papel do Assistente Social que está inserido na política de educação a questão da demanda espontânea e questão dos encaminhamentos para saúde.

Frente ao relato das profissionais, podemos destacar inicialmente o desmonte das políticas públicas, assim como salienta Costa, Sales e Barcellos (2018) esse desmonte acaba aumentando as desigualdades sociais, e apresentando um retrocesso e desproteção do Estado frente aos direitos já conquistados, como a saúde, educação, habitação, entre outros.

Nessa perspectiva, o desmonte das políticas públicas e o sucateamento dos serviços e a não reposição dos funcionários, é um constante desafio para os profissionais assalariados inseridos nestes campos. Sendo assim, o trabalho interdisciplinar acaba por vezes se tornando mais dificultado, justamente pelos quadros deficitários de funcionários e a falta de concurso públicos (Silva et al, 2021).

Desse modo, pensar o trabalho interdisciplinar realizado pelos profissionais das políticas públicas brasileiras, é também considerar o modo em que esse trabalho se efetiva. Nessa direção, instituições alicerçadas em relações de trabalho hierarquizadas e precárias, trabalhadores divididos/cindidos pelos modelos de contratação e condições materiais de efetivação do trabalho cada vez mais sucateadas, constituem entraves objetivos para a efetivação do trabalho profissional - aquele que dá sentido à vida humana, explica, transforma, atua, logo, é constitutivo do ser social (Silva et al, 2021, p.106)

Desse modo, os encaminhamentos e a articulação com as diferentes políticas públicas, as quais deveriam contribuir para a melhoria nas condições de vida da população acabam não se efetivando como deveriam, fazendo com que as famílias

não acessem seus direitos. Acarretando assim, no acesso e permanência na escola, o qual é um direito social, universal e gratuito, assim como exposto no 2º capítulo.

Sendo assim, outra questão a ser pontuada é a Lei 13.955, relatada pela entrevistada A.S.1, a Lei dispõe sobre a inclusão de Assistente Social e psicólogos nas redes públicas de ensino. Todavia, segundo o Senado Federal (Brasil, 2023) apenas 85 escolas no Brasil cumpriram a norma até setembro de 2023.

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino (Brasil, 2019).

Assim como menciona Ceolin (2014), trata-se de um contexto de regressões de direitos e de desmonte de políticas públicas, desafiando os profissionais de Serviço Social os quais estão sendo submetidos a contratos temporários, terceirizados, subcontratados ou a sobrecarga de trabalho dentro das instituições.

Desse modo, os profissionais acabam enfrentando dificuldade na execução de algumas atividades realizadas no cotidiano. Nos relatos das entrevistas, no quadro nº 15 a seguir, podemos verificar algumas dessas dificuldades enfrentadas com relação aos instrumentais técnico-operativos utilizados nas intervenções na rede municipal de ensino de Ponta Grossa - PR.

Quadro 15: Dificuldades com relação a execução dos instrumentais Técnico-Operativos do Serviço Social na Secretaria Municipal de Ponta Grossa - PR (Continua)

A.S.1	"Bom, o que eu gostaria muito de usar era o trabalho em grupos . Só que daí, devido a questão da gente não poder sair muito daqui, porque é muita demanda, a gente acaba não fazendo muita ação preventiva . Gostaria muito de fazer mais reuniões nas escolas, fazer palestras , mas essa é realmente a demanda que a gente tem dificuldade porque não consegue muito. Assim, questão da dificuldade de relatório, não, visitas institucionais , na medida do possível, a gente faz. Gostaria de fazer mais também, mas como eu disse, tudo cai na dificuldade de recursos humanos "
A.S.2	"Eu acredito que seja a visita domiciliar , porque a gente depende de mais profissionais , de mais tempo para estar realizando e, como nós somos em poucas aqui na secretaria, a gente não consegue sair para fazer visita todos os dias. A gente tem uma certa restrição em relação a isso. Então, existem muitos casos que precisam ser feitos visitas, mas a gente não consegue fazer com a frequência que a gente gostaria por conta da questão de número de profissionais, porque são poucos"

A.S.3	<p>"No começo eu tinha muita dificuldade com a entrevista, [...] são feitas muitas reuniões e aí na reunião todo mundo junto, a equipe da secretaria, a equipe da escola, a família e a gente. Então eu tinha muita dificuldade, pra fazer mesmo uma entrevista com os objetivos do Serviço Social, porque tava esse ponto da família, porque você vai constranger a família no meio de todo mundo, então tinha essa dificuldade, aí com o tempo a gente foi se adaptando, fui aprendendo a lidar, agora aqui, como a gente tem um espaço, uma salinha só nossa, então a gente faz diferente aqui, já chama assim: o Serviço Social primeiro atende a família, só a gente e a família pra garantir a questão do sigilo e aí depois vem o pessoal da escola, vem o pessoal da equipe pedagógica, da equipe do CIAC mesmo pra gente fazer a ata e ai segue normal, mas aí na ata também, tem questões que a gente não pode pôr não deve descrever tudo, então eu peço sempre pra colocar ali na área no início, teve uma conversa particular com o Serviço Social e depois segue a ata normalmente. [...] agora sim, a dificuldade hoje é de encaminhamento, como comentei pra você a questão de saúde que tá dificultando bastante, dificulta pra gente encaminhar as famílias, elas vêm com a esperança e não saem daqui com aquele papelzinho de que vai ser atendida em outro lugar essa é a maior dificuldade [...] Essa é a grande dificuldade hoje acho, que eles ficam tentando dificultar cada vez mais pra família não ter acesso àquele direito, porque são tantas famílias, é tanta criança que tá vindo e não tem suporte em nenhum lugar pra atender a gente vê a prova de como tá, a fila extensa, a gente vê todo lugar tá assim e daí eles colocam, acabam que vão colocando mais critérios só que são critérios que são ilegais, né, porque tem a lei garantindo que não tem que atualizar laudo nenhum e a família chega aqui e aí o que a gente faz? Manda pro Ministério Público, é um caminho bem mais longo e difícil infelizmente, né"</p>
-------	---

Fonte: Pesquisa de campo a partir de realização de entrevista semiestruturada.

Notas: dados trabalhados pela autora

A respeito da dificuldade dos instrumentais relatados pelas entrevistadas no quadro nº 15, foram a visita domiciliar, os encaminhamentos para a saúde e as reuniões, os quais já foram discutidos sobre as especificidades de cada um no item 3.1.2. Com relação às ações preventivas, as palestras nas escolas, trabalho em grupo, e a questão do sigilo profissional será discorrido sobre as especificidades de cada um a seguir. Todavia, vale ressaltar que no relato das entrevistadas A.S.1 e A.S.2 a falta de recursos humanos é o que mais impacta na dificuldade da execução dos instrumentais técnico-operativos no cotidiano.

O trabalho com grupos é uma necessidade muito comum no cotidiano dos Assistentes Sociais, aparecendo em diversas situações de conflitos ou de organização de pessoas. Nesse sentido, o trabalho com grupos exige do profissional uma reflexão e planejamento, recompondo os instrumentais nas relações sociais (Vileirine, 2016).

Desse modo, ao trabalhar com grupos a perspectiva crítico - dialética se faz necessária, correlacionando a realidade de vida dos sujeitos com a totalidade dos processos sociais, buscando a emancipação dos mesmos (Bonfim, Teixeira e Albiero, 2018).

As palestras no âmbito do Serviço Social é considerada como um instrumental técnico-operativo para a participação da democracia, “participação democrática, de relevância para a prática do Serviço Social, podemos destacar alguns: palestras, dinâmicas grupais, seminário, simpósio, mesa-redonda, painel, fórum e outros” (Massa e Mendes, 2016, p.170).

Massa e Mendes (2016) demonstram que as palestras têm cunho informativo sobre determinado tema. A palestra, segundo as autoras deve ser planejada, pontuando a duração, público-alvo, definindo como será a exposição e contando com instrumentos que possibilitem a participação dos sujeitos.

Sendo assim, o trabalho com grupos e as palestras devem ser vinculados aos demais instrumentais como a escuta qualificada, o atendimento social, a observação, entre outros. Formando assim, um conjunto de ações que procurem viabilizar os direitos ou promover ações preventivas de riscos, infrequência escolar, bullying, violências, entre outras.

Com relação ao sigilo profissional, o Código de Ética Profissional estabelece em seu artigo 5 os deveres do Assistente Social com seus usuários

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: [...] f - fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional; (Conselho Federal de Serviço Social, 2012).

A respeito do sigilo profissional o CFESS (2012) ainda ressalta no capítulo V os artigos 15 e 16

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional. Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. Parágrafo único Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário (Conselho Federal de Serviço Social, 2012).

Sendo assim, como apontado no relato da A.S.3 é fundamental esse diálogo antes com o Serviço Social, a fim de proteger o sigilo profissional e não expor a família em situações constrangedoras, deixando-os também mais livres para expressar suas demandas.

Dessa maneira, no item a seguir será discorrido sobre as contribuições que o profissional de Serviço Social pode proporcionar estando inserido na política de educação.

3.1.4 Contribuição do Serviço Social para o atendimento das demandas na Secretaria Municipal de Educação

Quadro 16: Contribuições do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR

A.S.1	Então, eu acredito primeiro que o Serviço Social atua muito nessa questão do diálogo entre a escola e a própria família , no sentido de propiciar certos direitos que às vezes as pessoas não têm conhecimento. [...] E acredito também que a questão de mediação de conflitos , também acontece muito, a gente acaba lidando bastante com isso. [...] A própria questão da gente propiciar uma melhoria nas condições de vida das pessoas , de certa forma, porque é feito visita, é feito atendimento, encaminhamento. Às vezes a pessoa está meio sem saber pra onde correr, ela já sai daqui meio ali com um sinal, é pra cá que você tem que seguir. Então, até mesmo a questão do suporte, o atendimento para as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social , o próprio contato com o conselho tutelar para tirar crianças de situações de violação de direitos , [...] contato com a rede de proteção . Coisa que talvez as escolas e os CMEIs não têm muito esse conhecimento, porque isso é algo mais do Serviço Social você fazer essa articulação , você conhecer a rede intersetorial. Então, a gente tem muito conhecimento ali, CRAS, da habitação, do transporte, da segurança, da saúde. Então, isso acaba, muitas vezes, auxiliando nas demandas, nos encaminhamentos.
A.S.2	“O Assistente Social, ele contribui no sentido de garantir os direitos das criança inseridas na rede municipal”
A.S.3	“O Assistente Social na política de educação, então ele tá inserido pra garantir o acesso aos direitos , principalmente o direito de acesso e permanência à educação e a educação com qualidade , [...] aqui na Educação Especial e Inclusiva principalmente pra gente garantir que a criança que seja desse público-alvo da Educação Especial e Inclusiva tenha esse acesso com qualidade e sem discriminação , que é o que mais a gente vê, né? Que é a dificuldade da criança acessar a escola e ter o direito igual aos outros alunos, digamos que neurotípicos”

Fonte: Pesquisa de campo a partir de realização de entrevista semiestruturada.

Notas: dados trabalhados pela autora

Como exposto pelas entrevistadas A.S.1, A.S.2 e A.S.3 no quadro nº 16, as mesmas mencionaram que a contribuição do Serviço Social na política pública de educação do município propicia a garantia de direitos. Além disso, o Serviço Social aparece como mediador de conflitos, propiciando o diálogo com a família, a articulação com a rede de proteção e como facilitador do acesso e permanência das crianças na escola.

Sendo assim, se faz necessário apontar que embora a inserção do Assistente Social na política de educação tenha-se dado anteriormente a data de 1990, foi

apenas nesse contexto que a profissão teve um aumento significativo (CFESS, 2012).

Desse modo, as dificuldades enfrentadas pela escola em razão das problemáticas especificamente sociais, serão trabalhadas sob o olhar crítico-reflexivo do profissional do Serviço Social, o qual é capacitado e habilitado para lidar com esse tipo de atendimento, mais próximo da realidade e do contexto social dos alunos e alunas que na escola são atendidos diariamente (CRUZ, FREITAS, OLIVEIRA, 2016, p. 103).

Desse modo, tendo o impulso do Serviço Social (1990), no ano de 2000 o Conselho Federal de Serviço Social, por meio de um documento elaborado pela assessora jurídica do CFESS, Sylvia Helena Terra, publica o Parecer Jurídico nº 23, o qual discorre sobre a inserção de Assistentes Sociais nas escolas da rede pública de ensino. O documento declara as funções atribuídas ao Assistente Social na Política de Educação

pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar; elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do/a aluno/a e sua formação para o exercício da cidadania; participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do/a aluno/a, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; elaboração desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, não especificadas acima (Conselho Federal de Serviço Social, 2001, p. 13).

Nessa perspectiva, o Serviço Social na Educação é de crucial importância, o qual se faz presente na articulação de ações que visem a prevenção ou agravamento de vulnerabilidades e riscos sociais, estabelecendo o pleno exercício do acesso aos direitos fundamentais de cada indivíduo, fazendo parte da atuação dos profissionais.

O Assistente Social inserido na política de educação, pode exercer um papel significativo no que se refere à mobilização, articulação e aos encaminhamentos realizados de forma intersetorial, para que os direitos dos sujeitos sejam garantidos.

Sendo esses direitos dos educandos ou da comunidade escolar como um todo, a qual está além dos muros da escola. Sendo assim, como discorre Martins (1999).

A relação do Serviço Social com as demais instâncias permitiu o acesso da comunidade escolar aos serviços sociais das diversas políticas sociais além de aglutinar forças progressistas comprometidas com a formação de projetos societários de interesse da população, criando propostas alternativas de ação conjunta. (MARTINS, 1999, p. 67)

Desse modo, Conselho Federal de Serviço Social (2001) discorre que dado a complexidade da realidade social e a percepção de que a escola está inserida nesse contexto, se faz necessário aprofundar a relação através de discussões que coloquem a escola como uma função social e que se tenha a aproximação da família nesse contexto. Nesse sentido, os altos níveis de pobreza que assolam a população brasileira se expressam nos mais diferentes ambientes, e a escola não está alheia a essa questão, sendo que no sistema educacional também se concretizam diferentes problemas sociais.

Nessa perspectiva, Vieira *et al.*, (2019) salienta que o papel da Serviço Social na educação é desenvolver uma intervenção profissional propiciando a garantia do acesso à educação, atuando junto à rede de ensino, realizando a mediação da relação entre a família e a escola, com a finalidade de promover o acesso ao direito à educação, bem como o acesso integral às demais políticas públicas.

CONCLUSÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possibilitou compreender os principais instrumentais técnico-operativos utilizados pelas Assistentes Sociais que atuam na política pública do município de Ponta Grossa - PR, bem como os desafios enfrentados pelas mesmas nas atividades desenvolvidas no cotidiano.

Nessa perspectiva, buscou-se compreender com o primeiro capítulo sobre o Serviço Social na contemporaneidade, entendendo os desafios enfrentados pelos profissionais na atualidade, as expressões da questão social presentes nas intervenções profissionais, as quais se reverberam no cotidiano da sociedade. O mesmo ainda proporcionou uma melhor aproximação e conhecimento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais embora possuam suas particularidades, não devem ser indissociáveis, proporcionando ao Assistente Social diferentes níveis de compreensão da realidade.

No segundo capítulo, conseguiu-se contextualizar a política pública de educação no Brasil, a qual é reconhecida como um direito social, universal e gratuito, tendo como recorte a Constituição Federal de 1988. Desse modo, a partir das normativas e orientações colocadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi possível compreender sobre como a educação pública no país se comporta nos diferentes níveis governamentais, seja a nível da União, dos Estados e Municípios. No entanto, devemos ressaltar que embora a educação seja reconhecida como uma forma de superação das desigualdades, o Brasil ainda enfrenta algumas dificuldades com relação à educação e as desigualdades presentes na sociedade capitalista, a qual também se reverbera no cotidiano escolar, uma vez que as escolas não estão alheias a essa realidade.

O terceiro capítulo, proporcionou o entendimento acerca do Serviço Social inserido na política pública de educação do município de Ponta Grossa - PR, compreendendo assim o papel dos Assistentes Sociais inseridos nessa política, os desafios enfrentados e a importância não só do instrumental técnico-operativo para a atuação dos profissionais, mas a complementação das demais dimensões, pois como salientado anteriormente, todas as dimensões da profissão se fazem fundamentais para a compreensão da realidade.

No referido capítulo, também podemos pontuar os relatos das entrevistadas, as quais pontuaram como demanda a infrequência escolar, a negligência, bem como o acesso das crianças a rede municipal de saúde e a articulação intersetorial com os

demais órgãos. Além disso, as entrevistadas também relataram sobre a atuação do Serviço Social na garantia de direitos, o qual trabalha realizando a articulação com a rede e possibilitando às famílias o acesso aos seus direitos.

Desse modo, o terceiro capítulo também possibilitou colocar em evidência a importância de mais profissionais de Serviço Social atuantes na política pública de educação, para que se possa contemplar a Lei 13.935 (2019), a qual dispõe sobre a inserção de Assistentes Sociais e psicólogos na educação.

Portanto, esse trabalho trouxe uma aproximação com a realidade da política pública no Brasil e no município de Ponta Grossa - PR, pontuando-o como direito social, o qual por vezes não se efetiva como deveria, sobrepondo as expressões da questão social, as quais por vezes interferem no acesso e permanência do aluno na escola.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996. Disponível em: Acesso em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em Escolas: Fundamentos, Processos e Desafios**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

ANSER, Maria Aparecida Carmona Ianhes; JOLY, Maria Cristina Rodrigues Azevedo; VENDRAMINI, Claudette Maria Medeiros. Avaliação do conceito de violência no ambiente escolar: visão do professor. **Psicologia: Teoria e Prática** – 2003, 5(2):67-81. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1191/889>. Acesso em: 09 out. 2024.

ATLAS BRASIL. **IDHM e seus indicadores no município - Ponta Grossa/PR - 2000 e 2010**. PNUD, IPEA e FJP. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/411990>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. Lisboa: Presses Universitaires de France, 1977. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/w/NTk3ODEwMDg1NzEy/t/all>. Acesso em: 14 out. 2024.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social. **Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social**. 2003. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/c/NTk3ODEwMDg1NzEy/m/NjE0ODY2Mjk2NDgy/d/etails>. Acesso em: 14 out. 2024.

BASTA, Leandro; SAKAUE, Suzana Marssaro Santos; SOUZA, Kellcia Rezende. Políticas de In/Exclusão Escolar no Contexto da Pandemia de Covid-19. *Nuances Est. Sobre Educ., Presidente Prudente*, v. 32, e021001, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/9114/pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti. Questão Social e Direitos. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NEILETdRYkbWh-7E9aBqorZpSU5uYWUc/view>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BEZERRA, Vinícius de Oliveira; LIMA, Tatiane da Silva. Constituição do Direito à Educação no Brasil: Histórico e Impasses na Segunda Década do Século XXI. **Educação: Teoria e Prática**/ Rio Claro, SP/ v. 31, n.64/2021. eISSN 1981-8106. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ol_svxM9UnfjbajNtWUhd4d-2lvwhj6C. Acesso em: 16 out. 2024.

BONFIM, Giverson Gonçalves; TEIXEIRA, Juvanira Mendes; ALBIERO, Cleci Elisa. O Trabalho com Grupos no Serviço Social: Contribuição para a Intervenção Profissional. **Caderno Humanidades em Perspectivas** – v.2 n.2 – 2018. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/642>. Acesso em: 08 out. 2024.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Concepção de Rede Intersectorial de atendimento à Criança e Adolescente**. In Programa de capacitação permanente na área da infância e adolescência: o germinar de uma experiência coletiva por Alex Eduardo Gallo e outros; org. Cleide Lavoratti. Ponta Grossa, ED UEPG, 2007, 350p. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/w/NTk3ODEwMDg1NzEy/t/all>. Acesso em: 02 out. 2024.

BOURGUIGNON. Jussara Ayres. O Projeto de Pesquisa e os Procedimentos Metodológicos para Coleta e Análise dos Dados na Pesquisa Social e Qualitativa. **Revista Humanidades em Perspectivas** | vol.1 n.1 | jan/jun 2019. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/w/NTk3ODEwMDg1NzEy/t/all>. Acesso em: 16 out. 2024.

BUENO, Josenilda Aparecida Ribas. **Educação Pública e Desenvolvimento: Um Estudo sobre o Ensino Fundamental Público no Município de Ponta Grossa/PR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/269>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Planilhas do IDEB: Taxa de Aprovação, Notas do SAEB, IDEB e Projeções**. Ensino Fundamental Regular - anos iniciais. INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em 13 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de Dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei 9.396, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.060, de 13 de Julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de Junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Altera a Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018, que define as Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=118441-pceb007-19&category_slug=julho-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo de Desenvolvimento da Educação. **Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/sistemas/cacs-fundeb>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Diretoria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Confirma medidas não farmacológicas de prevenção e controle da pandemia do novo coronavírus.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19/como-se-proteger>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus. **Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita - Brasil.** Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistemas.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/drac/sistemas>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde - SUS**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Transferência de Renda: Bolsa Família** chega a 616,1 mil famílias no Paraná em maio. 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novo-bolsa-familia/mai24/bolsa-familia-chega-a-616-1-mil-familias-no-parana-em-maio#:~:text=S%C3%A3o%2062%20mil.,\(7%2C%20mil\)](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novo-bolsa-familia/mai24/bolsa-familia-chega-a-616-1-mil-familias-no-parana-em-maio#:~:text=S%C3%A3o%2062%20mil.,(7%2C%20mil)). Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Escolas públicas de ensino básico têm obrigação legal de contratar psicólogos e assistentes sociais**. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2023/09/escolas-publicas-de-ensino-basico-tem-obrigacao-legal-de-contratar-psicologos-e-assistentes-sociais>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **Consultar informações de demandas de violação de direitos da criança e do adolescente**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-acesso-ao-sistema-de-informacao-para-a-infancia-e-adolescencia-sipia-conselho-tutelar>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **Denunciar Violação de Direitos Humanos (Disque 100)**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. **O Sinan**. Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br/>. Acesso em: 09 out. 2024.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de Conteúdo. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013, 179-191. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/c/NTk3ODEwMDg1NzEy/m/NTg5NTIyNjY3NTEz/details>. Acesso em: 14 out. 2023.

CAMARGO, Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 142, p. 488-507, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jg4F8Xsmf8m3nFhFwfW493n/>. Acesso em: 08 out. 2024.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYNmzYsP6kf/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. Brasília: 2020. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1. ed. 2012. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 08 out. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social**. Brasília - DF, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 09 out. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. Brasília. 2001. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 16 out. 2024.

CHAVES, Andréa Bittencourt Pires; ALMEIDA, Leandro José Souza. A Política do Retrocesso: Educação e Desigualdade no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8 e548985957, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/14fTnUjDC-QgY4xLyrobuR7mwigmbnt-9>. Acesso em: 16 out. 2024.

COSTA, Alessandra Quadros. ALBIERO, Cleci Elisa. A visita domiciliar e a visita institucional no processo de trabalho do assistente social: uma experiência a partir do estágio curricular obrigatório. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 7, n. 17, p. 68-78, 2023. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/2879>. Acesso em: 16 out. 2024.

COSTA, Dorival; OLIVEIRA, Márcia Terezinha. Reflexões Técnico-Operativas sobre a Perícia Social. in LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival. **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: Um Debate Necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

COSTA, Francilene Soares Medeiros. **Instrumentalidade do Serviço Social: Dimensões Teórico- Metodológica, Ético-Política e Técnico-Operativa e Exercício Profissional**. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal - RN, 2008. Disponível: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17873>. Acesso em: 20 jun. 2024.

COSTA, Megue Paula Gonçalves; SALES, Luciene Aparecida da Silva Faria; BARCELLOS, Warllon de Souza. O Agravamento das Expressões da Questão Social e o Desmonte das Políticas no Contexto Neoliberal. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 27 (2018). Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 09 out. 2024.

COSTA, Walber Carrilho. O Processo de Globalização e as Relações de Trabalho na Economia Capitalista Contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, 117-134, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/117/114>. Acesso em: 03 jul. 2024.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. **A Dimensão Técnica-Operativa no Trabalho de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social - 12º região. **Serviço Social: uma profissão regulamentada há 30 anos no Brasil**. Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/2023/06/07/servico-social-uma-profissao-regulamentada-ha-30-anos-no-brasil/>. Acesso em: 25 set. 2024.

CRONEMBERGER, Izabel Herica Gomes; TEIXEIRA, Solange Maria. Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. **Informe Econômico**, v. 29 n. 1 (2013) Ano 14, n. 29, abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/1797>. Acesso em: 16 out. 2024.

CRUZ, Tiego da Silva; FREITAS, Paulo Henrique da Silva; OLIVEIRA, Julian Lima. Assistentes Sociais na Escola: Reflexões sobre as Contribuições do Serviço Social para a Educação. **Socializando** - ISSN 2358-5161 · ano 3 · nº1 · Jul · p. 69-77 · 2016. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2016/07/Socializando_2016_7.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

DIAS, Érika; RAMOS, Mozart Neves. Educação e os impactos da Covid-19 nas Aprendizagens Escolares. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.30, n.117, p. 859-870, out./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/LTWGK6r8n6LSPPLRjvfl9qs/>. Acesso em: 25 set. 2024.

FAERMANN, Lindamar Alves. A processualidade da entrevista no Serviço Social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 315 - 324, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321532943009.pdf>. Acesso em: 09 out. 2024.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O Estudo Social: Fundamentos e Particularidades de sua Construção na Área Jurídica. In CFESS. Conselho Federal de Assistência Social. **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

FREIRE, José Carlos; MACHADO, Leonildo Aparecido Reis. O Ethos do Assistente Social na Perspetiva Gramsciana de Estado. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 19, n. 2, p. 255-278, 2010. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/458>. Acesso em: 03 jul. 2024.

GARCIA, Adir Valdemar.; YANNOULAS, Silvia Cristina. **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. In: GARCIA, Adir Valdemar.; YANNOULAS, Silvia Cristina. (org). Educação, pobreza e desigualdade social. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 99, p. 21-41, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/266/40>. Acesso em: 15 out. 2024.

GOMES, Maria da Penha Silva. A Exclusão Escolar, 2018-2022, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica: O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente à luz da Poly Integration, nos Municípios de Santo André e Diadema, ABC Paulista. **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas** volume 5, 2023. Disponível em: <https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/390>. Acesso em: 25 set. 2024.

GUERRA, Yolanda. A Dimensão Técnico-Operativa do Exercício Profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila.; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A Dimensão Técnico-Operadora no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 49-76.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NEILETdRYkbWh-7E9aBqorZpSU5uYWUc/view>. Acesso em: 15 jun. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Ponta Grossa**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>. Acesso em: 10 jul. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Painel de Indicadores. **Indicadores Sociais: Analfabetismo**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 27 ago. 2024.

IMPERATORI, Thaís Kristosch; ALENCAR, Lídia Costa. Por que você usa um caderninho? Reflexões sobre o Diário de Campo no Cotidiano do Serviço Social. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros (MG), volume 6, número 1, jan./jun. 2022. | ISSN 2527 - 1849. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/4633/4984>. Acesso em: 09 out. 2024.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico**: Município de Ponta Grossa. Paraná: IparDES, 2024. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000&btOk=ok>. Acesso em: 10 jul. 2024.

IPLAN. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa. **Base Cartográfica**. Ponta Grossa: IPLAN, 2006. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/downloads/planodiretor/localizacao.jpg>. Acesso em 09 jul. 2024.

LAVORATTI, Cleide. A Entrevista no Serviço Social: Características, Usos e Significados. in LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival. **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: Um Debate Necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/6KvCy44KVNNHQMLgqhcfb5L/>. Acesso em: 30 set 2024.

LIMA, Daniele Sarabia; BELO, Regina Célia de Oliveira. Instrumentalidades e instrumentais técnico-operativos do Serviço Social: do entendimento à prática profissional. **Caderno Humanidades em Perspectivas** | v. 4, n. 9 – 2020. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/953>. Acesso em: 08 out. 2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/c/NTk3ODEwMDg1NzEy/m/NTg5NTIyNjY3NTEz/details>. Acesso em: 14 out. 2024.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão Social: Objeto de Serviço Social?. in Universidade Estadual de Londrina. Curso de Serviço Social: Universidade Estadual de Londrina. **SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, V. 2, N. 2, P.39-47, JUL./DEZ. 1999 Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf#page=39>. Acesso em: 30 set 2024.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem**: Relatórios, Laudos e Pareceres. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social e a Consolidação de Direitos: Desafios Contemporâneos. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, Dez. 2011. Disponível:

<https://drive.google.com/file/d/1L8t4K9v0zrIC3hVZhrDqzrf3tbyEkT2J/view>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social. In MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social: Um Instigante Desafio**. 1. ed. São Paulo: Veras, 1999. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/w/NTk3ODEwMDg1NzEy/t/all>. Acesso em: 16 out. 2024.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: Elo para a Construção da Cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/14fTnUjDC-QgY4xLyrobuR7mwigmbnt-9>. Acesso em: 16 out. 2024.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na Área da Educação. **Serviço Social e Realidade**, Franca, 8(1): 57-72, 1999.

MASSA, Adriana Accioly Gomes; MENDES, Ana Maria Coelho Pereira. Instrumentos de Trabalho com a Coletividade. in LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival. **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: Um Debate Necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. Políticas Públicas de Inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar**, Curitiba, n. 23, p. 185-202, 2004. Editora UFPR. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ol_svxM9UnfjbajNtWUhd4d-2lvwhj6C. Acesso em: 16 out. 2024.

MATOS, Mikaela Lobo. **Serviço Social e o Direito à Educação Básica: Contribuições no enfrentamento da infrequência escolar**. 2021. Trabalho Conclusão do Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/225625/TCC%20Servico_Social%20e%20Direito%20a%20Educacao%20Versao%20final%20MIKAELA%20pos_banca.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 09 out. 2024.

MAZUELOS, Elisangela Pereira de Queiros. Instrumentais técnico-operativos no trabalho do assistente social: considerações introdutórias. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 5, n. 13, p. 91-97, 2021. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/954>. Acesso em: 08 out. 2024.

MELLO, Rachel Costa de Azevedo; MOLL, Jaqueline. Políticas Públicas em Educação e a Garantia do Direito à Educação no Contexto de Desigualdade Social no Brasil. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Volume 38, n. 2 – p. 01 – 21, abr. / jun. 2020 – Florianópolis. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65196/pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

MINAYO, Maria Cecília. 2009. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Capítulo 3: Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Ed. Vozes. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/w/NTk3ODEwMDg1NzEy/t/all>. Acesso em: 14 out. 2024.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre v.8 n.1 p.22-48. jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/5673/4126>. Acesso em: 03 jul. 2024.

MOREIRA, Marinete Cordeiro; ALVARENGA, Raquel Ferreira Crespo. O Parecer Social: Um Instrumento de Viabilização de Direitos. In CFESS. Conselho Federal de Assistência Social. **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

NASS, Cátia Soraia Lehmkuhl; *et al.* A Prática do Serviço Social e o Idoso: a importância dos instrumentos técnico-operativos. **Revista Maiêutica, Indaial**, v. 3, n. 1, p. 33-42, 2016. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES_EaD/article/view/1510/647. Acesso em: 08 out. 2024.

NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel Camillo. Evasão Escolar e Jornada Remota na Pandemia. **Revista NECAT** – Ano 10, nº 19, Jan - Jun/2021. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4848/3607>. Acesso em: 25 set. 2024.

NETO, Antenor de Oliveira Silva; *et al.*,. Educação Inclusiva: Uma Escola para Todos. **Revista Educação Especial** | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan./mar. 2018. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1oI_svxM9UnfjbajNtWUhd4d-2lvwhj6C. Acesso em: 16 out. 2024.

OLIVEIRA, Luciano. FERREIRA, Maria José de Resende. A Questão Ético-Racial e a Educação de Jovens e Adultos. **Debates em Educação Científica e Tecnológica**, ISSN 2179- 6955, v. 02, nº. 2, p. 77 a 86, 2012. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/27/21>. Acesso em: 08 out. 2024.

OPAN, Organização Pan-Americana de Saúde; OMS, Organização Mundial da Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 09 out. 2023.

PARANÁ. Cadê Paraná. **Violências Contra Crianças e Adolescentes em Dados: Relatório** a partir de informações do Sipia, Sinan e Disque 100. 2024. Disponível em: <https://cadeparana.org.br/publicacao/violencias-contra-criancas-e-adolescentes-em-dados/>. Acesso em: 09 out. 2024.

PARANÁ. Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Passo Livre: Transporte Intermunicipal da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <https://www.coede.pr.gov.br/Pagina/PASSE-LIVRE-Transporte-Intermunicipal-da-Pessoa-com-Deficiencia>. Acesso em: 09 out. 2024.

PARANÁ. **Lei 18419, de 7 de Janeiro de 2015**. Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=139152&codItemAto=845717>. Acesso em: 09 out. 2024.

PEREIRA, Eloivane Brecher. **Serviço Social na Educação: Desafios e Possibilidade da atuação**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria - RS, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/29485/Periera_Eloivane_Brecher_2019_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 out. 2024.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. **As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade**. I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. Londrina - PR, de 09 a 12 de Junho de 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1dg7j8xfKM_Ow-Xk6_7FIUu-hB5yZDZzb/view. Acesso em: 20 jun. 2024.

PEREIRA, Vinícius Oliveira de Moura; *et al.* Violências Contra Adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011–2017. *Rev. Bras Epidemiol* 2020; 23: E200004.SUPL.1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/ghZx3zYQMKzMFTSBX3fXMLR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2024.

PIANA, Maria Cristina. O Serviço Social na Contemporaneidade: demandas e respostas. In: **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1a71GNrWQlwiCkYct6a8dj_1eB7oDB9PI/view. Acesso em: 20 jun. 2024.

PIANA, Maria Cristina; CANÔAS, José Walter. Educação: Direito Social a ser Efetivado. **Serviço Social & Realidade**, Franca, 16(1): 169-185, 2007. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1oI_svxM9UnfjbajNtWUhd4d-2lvwhj6C. Acesso em: 16 out. 2024.

PONTA GROSSA. **Decreto nº 22.110, de 21 de Julho de 2023**. Dispõe sobre a criação do Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Especial Inclusiva SUPERACÃO da Rede Pública Municipal de Ensino de Ponta Grossa - CIAC SUPERACÃO. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2023/2211/22110/decreto-n-22110-2023-dispoe-sobre-a-criacao-do-centro-integrado-de-atendimento-a-crianca-da-educacao-especial-inclusiva-superacao-da-rede-publica-municipal-de-ensino-de-ponta-grossa-ciac-superacao>. Acesso em: 25 set. 2024.

PONTA GROSSA. Fundação Municipal de Saúde. **Lista de espera: SISREG**. Disponível em: <https://fms.pontagrossa.pr.gov.br/lista-espera-sisreg-cpf/lista-espera-sisreg-lista-geral>. Acesso em: 09 out. 2024.

PONTA GROSSA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa. **Contexto Geográfico e Ambiental**. Disponível em: https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/downloads/planodiretor/2.1.1_aspectos_regionais_contexto_geografico_e_ambiental.pdf, Acesso em: 10 jul. 2024.

PONTA GROSSA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa. **Plano Diretor 2022: Caderno Síntese**. 2019. Disponível em: https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/PDM_Caderno_Sintese_compressed-1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

PONTA GROSSA. **Lei nº 13.135, de 30 de Abril de 2018**. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2018/1314/13135/lei-ordinaria-n-13135-2018-dispoe-sobre-a-criacao-do-sistema-municipal-de-ensino-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 25 set. 2024.

PONTA GROSSA. **Lei 13651, de 31 de Janeiro de 2020**. Institui o Transporte Especial para alunos com deficiência às Instituições de Ensino Especial para Escolarização e que frequentam o Ensino Regular no Município, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2020/1366/13651/lei-ordinaria-n-13651-2020-institui-o-transporte-especial-para-alunos-com-deficiencia-as-instituicoes-de-ensino-especial-para-escolarizacao-e-que-frequentam-o-ensino-regular-no-municipio-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 09 out. 2024.

PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social do Município de Ponta Grossa - PR (2022 - 2025)**. Ponta Grossa. Disponível em: https://redeassocialpg.wordpress.com/wp-content/uploads/2022/01/pmas_2002-2025_versao_cmas.05nov.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Educação. **Dados Estatísticos: Unidades Escolares por Região**. Ponta Grossa: SME, 2024. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/unidades-escolares/cmeis-2/>. Acesso em: 10 set. 2024.

PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Educação. **Dados Técnicos: Registro Escolar**. Ponta Grossa: SME, 2024. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Atendimento-Geral-da-Rede-abril-2024.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Educação. **Instrução Normativa nº 001/2023**. Orienta a matrícula e transferência nas unidades escolares da REDE MUNICIPAL DE ENSINO para o ano letivo de 2023. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 25 set. 2024.

PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Educação. **Organograma**: Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/organograma/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação 2015-2025**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Plano-Municipal-de-Educacao-2015-2025.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

RAMOS, Ana Carolina; JUNIOR, Oswaldo Gonçalves. Abandono e Evasão Escolar sob a Ótica dos Sujeitos Envolvidos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 50, e268037, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/14fTnUjDC-QgY4xLyrobuR7mwigmbnt-9>. Acesso em: 16 out. 2024.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira. Os Instrumentos e Técnicas Enquanto Componentes da Dimensão Técnico-Operativa do Serviço Social: Aproximações Acerca da Observação e da Abordagem. in LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival. **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: Um Debate Necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

QUIMELLI, Gisele Alves de Sá. Considerações sobre o Estudo de Caso na pesquisa qualitativa. In BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Pesquisa Social: Reflexões Teóricas e Metodológicas**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/c/NTk3ODEwMDg1NzEy/m/NTg5NTlyNjY3NTEz/details>. Acesso em: 16 out. 2024.

RCIPEA, Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8182/1/Atlas%20do%20desenvolvimento%20humano%20nas%20regi%c3%b5es%20metropolitanas%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RCIPEA, Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desenvolvimento Humano nas Macrorregiões Brasileiras**. Brasília - DF, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6217/1/Desenvolvimento%20humano%20nas%20macrorregi%c3%b5es%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SALAZAR, Silvia Neves. Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social Brasileiro e a Unidade Teoria/Prática: a essência de Marx. In: XVI Encontro Nacional

de Pesquisadoras/es em Serviço Social 2., 2018, Vitória. **Anais** [...] Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1E6rN7uidvZz3npWg1jbnFpYEYT7GPbzW/view>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SANCHEZ, Raquel Niskier; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde. In Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Violência Faz Mal a Saúde**. 1. ed. Brasília - DF, 2006. Disponível em: <https://ftp.medicina.ufmg.br/paraelas/Downloads/violenciafazmalasaude.pdf#page=29>. Acesso em: 09 out. 2024.

SANTOS, Cláudia Mônica; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX, Sheila. A Dimensão Técnico-Operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A Dimensão Técnico-Operadora no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 25-47.

SAVIANI, Dermeval. O Direito à Educação e a Inversão de Sentido da Política Educacional. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.11, n. 23, p 45-58, jan/jul. 2011– ISSN 1519-0919. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ol_svxM9UnfjbajNtWUhD4d-2lvwhj6C. Acesso em: 16 out. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KdGRyTzTrq88q5HyY3j9pbz/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SCHEIDT, Alisson Renan; *et al.*, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no Brasil: Um Relato da Desigualdade entre Educação, Renda e Longevidade. XXXI **Congresso Alas**, Uruguay, 2017. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/6675_alisson_renan_scheidt_alisson.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVA, Carolina Almeida; *et al.* Direitos de Crianças e Adolescentes na Ciranda do Desmonte das Políticas Públicas: a intersectorialidade como forma de resistência. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.39 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5732>. Acesso em: 08 out. 2024.

SILVA, Grazielle Roberta Freitas; MACÊDO, Kátia Nêyla de Freitas; REBOUÇAS, Cristiana Brasil de Almeida; SOUZA, Ângela Maria Alves. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online Brazilian Journal of Nursing**, vol. 5, núm. 2, 2006, pp. 246-257. Universidade Federal Fluminense - Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/0/c/NTk3ODEwMDg1NzEy/m/NTg5NTIyNjY3NTEz/details>. Acesso em: 14 out. 2024.

SILVA, Letícia Rodrigues; CAPUTI, Lesliane. Dimensão Ético-Política do Serviço Social e Formação Profissional. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

30., 2019, Brasília - DF. **Anais** [...] Brasília - DF: CBAS, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1322>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SILVA, Maria Salete; MOURA, Reidy Rolim. Considerações sobre a Visita Domiciliar: Instrumento Técnico-Operativo do Serviço Social. in LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival. **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: Um Debate Necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

SIQUIÉRI, Alana da Silva; SILVA, Dayana Klebis. A Busca Ativa como Instrumento na Identificação de Família e Indivíduo em Situação de Vulnerabilidade Social no Enfrentamento das Necessidades. **Seminário Integrado** - ISSN 1983-0602, v. 5, n. 5 (2011). Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado/article/view/2880>. Acesso em: 09 out. 2024.

SMITH, Jorgilson Nascimento. **A Fundamentalidade da Educação Básica como Obrigação Estatal na Dicção da Constituição Federal de 1988**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais) - Universidade da Amazônia. Amazônia, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ol_svxM9UnfjbajNtWUhd4d-2lvwhj6C. Acesso em: 13 ago. 2024.

SOUZA, Rodrigo Pizzini. Atenção Básica: Acolhimento de Demanda Espontânea Mudanças na Abordagem aos Usuários. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Minas Gerais. Polo Lagoa Santa - MG, 2015. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/Aten%C3%A7ao_basica_acolhimento_da_demanda_espontanea.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.

TONET, Ivo. Expressões Socioculturais da Crise Capitalista na Atualidade. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NEILETdRYkbWh-7E9aBqorZpSU5uYWUc/view>. Acesso em: 15 jun. 2024.

TOMES, Jiane Ribeiro; MONTEIRO, Luana; MOURA, Luiza Cristina Simplício Gomes de Azevedo. Estudo de Caso: Uma Metodologia para Pesquisas Educacionais. **Ensaio Pedagógico** (Sorocaba), vol.2, n.1, jan./abr. 2018, p.18-25. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1FS5qDKmhJ1S5LYhnOOIAx-7FH_T-CtiK. Acesso em: 16 out. 2024

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Ações Profissionais, Procedimentos e Instrumentos no Trabalho dos Assistentes Sociais nas Políticas Sociais. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A Dimensão**

Técnico-Operadora no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 77-108.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Revista Temporalis** nº04, Ano II, julho a dezembro de 2001. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00eI373q8j6.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Busca Ativa Escolar:** A Busca Ativa Escolar é uma plataforma gratuita para ajudar os municípios a combater a exclusão escolar. Foi desenvolvida pelo UNICEF em parceria com Undime, Congemas e Conasems. Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/busca-ativa-escolar>. Acesso em: 09 out. 2024.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil:** um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **UNICEF e Undime lançam campanha de Busca Ativa Escolar para municípios e estados:** Com jingles, spots, conteúdos de redes sociais e materiais promocionais, a proposta é incentivar os municípios e estados a criar grandes ações de comunicação local, voltadas ao direito de aprender. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-e-undime-lancam-campanha-de-busca-ativa-escolar-para-municipios-e-estados>. Acesso em: 09 out. 2024.

VALENTE, Nara Luiza. **A Garantia do Direito à Saúde da Criança Autista no Município de Ponta Grossa/Paraná:** da Proteção Social Tradicional à Emergência de uma Proteção Social Pública Estatal. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2734>. Acesso em: 09 out. 2024.

VIEIRA, Adrielly Aparecida; *et al.* Os Impasses que Circundam a Universalidade do Direito a Educação no Município de Ponta Grossa/PR. **Congresso Paranaense de Assistentes Sociais.** Ponta Grossa, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

VIEIRA, Sandra Regina Alexandre Ferreira. O relatório Social: Expressão de um Processo de Perícia Social. **Repositório das Universidades de Lusíada.** Intervenção Social, Lisboa, n.º 38. Universidade Lusíada, 2011. Disponível em: http://dspace.lis.ulusiada.pt/bitstream/11067/1050/1/IS_n38_11.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.

VILEIRINE, Reginaldo Miguel de Lima. Os Instrumentais Técnicos no Trabalho com Grupos. in LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival. **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: Um Debate Necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ugP_cwSCsOGHLQnCUg5T4NKrnOX0s6Ra. Acesso em: 16 out. 2024.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; PAZ, Rosangela Dias. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DPfFVvJzjDFYSzB9NWWHv7z/?format=html&lang=pt&stop=previous>. Acesso em: 08 out. 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NEILETdRYkbWh-7E9aBqorZpSU5uYWUc/view>. Acesso em: 15 jun. 2024.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)

O senhor (a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Os principais instrumentais técnico-operativos utilizados e os desafios enfrentados pelos profissionais de Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa -PR. ”, desenvolvida no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, sendo a responsável da pesquisa a acadêmica Bruna Cordeiro Kreppi, sob a orientação da Professora Dr^a Jussara Ayres Bourguignon. O objetivo principal é constatar os principais instrumentos utilizados pelos profissionais de serviço social na política de educação. Para que se possa tomar conhecimento da atuação dos assistentes sociais nessa área, bem como as demandas vivenciadas pelos profissionais na Secretaria Municipal de Educação.

A pesquisa será desenvolvida através de uma entrevista semi-estruturada, sobre: as contribuições do profissional de serviço social para a política de educação local; as principais demandas identificadas no campo; as dificuldades encontradas no cotidiano e sobre os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social. A sua participação se dará uma única vez e será definida em comum acordo, com agendamento antecipado de horário e local adequado de forma a não atrapalhar o seu trabalho. A previsão do tempo necessário para realização da entrevista é de aproximadamente 1 (uma) hora. Não haverá nenhuma despesa para sua participação na pesquisa. O deslocamento e recursos para realização da entrevista no local a ser definido será de responsabilidade da pesquisadora responsável. Entretanto, caso o/a Senhor (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisador/a responsável. É possível ocorrer algum desconforto quanto às entrevistas, pois se referem à prática profissional.

Neste caso, poderá optar por não responder à pergunta, sem nenhum prejuízo de sua participação. Qualquer dúvida sobre o roteiro da entrevista será sanada pela pesquisadora responsável.

As informações obtidas serão utilizadas no trabalho de conclusão de curso e posteriormente em publicações decorrentes desta pesquisa. A sua participação neste estudo é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento, sem necessidade de justificativa, não havendo nenhuma penalidade, nenhum questionamento ou prejuízo. Será garantido o sigilo quanto a sua identidade e quanto aos seus dados pessoais. Para tanto as entrevistas serão identificadas no trabalho através de códigos numéricos. Após as análises, o Senhor (a) será informado sobre os resultados desta pesquisa. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo, durante e após as coletas de dados.

Em caso de dúvidas, o/a Senhor (a) pode entrar em contato com a Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, pelo e-mail propespsecretaria@uepg.br e telefone (42) 3220-3282, ou diretamente com a pesquisadora pelo e-mail: brucordeiro3@gmail.com, ou pelo telefone (42) 9 9842-7637. Este contato pode ser feito a qualquer momento que sinta ser necessário.

Ponta Grossa, de de 2024

Local e Data

Jussara Ayres Bourguignon

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Bruna Cordeiro Kreppi

Assinatura da Pesquisadora Participante

Assinatura do (a) Participante

Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

Departamento de Serviço Social

Campus Central: Praça Santos Andrade, 01 - Centro, - CEP 84010-330 - Ponta
Grossa - PR - Bloco A

Fone: (42) 3220-3000

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quais as contribuições que o profissional de Serviço Social traz estando inserido na política de educação?
2. Quais as principais demandas que vocês identificam dentro do campo?
3. Com relação às dificuldades encontradas no cotidiano, quais vocês mais evidenciam?
4. Com relação aos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social, quais vocês utilizam nas intervenções realizadas aqui na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR?
5. Como os instrumentais técnico-operativos auxiliam no planejamento e execução das intervenções sociais?
6. Como você seleciona e adapta os instrumentais técnico-operativos de acordo com as necessidades e características dos usuários atendidos e dos relatórios enviados pela escola?
7. Dentre os instrumentais técnico-operativos que vocês utilizam na política de educação, quais vocês mais possuem dificuldade de executar?
8. Você gostaria de apresentar alguma questão que não foi abordada ou sugerir alguma orientação?

**ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM
PESQUISA (CEP) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - PR**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os principais instrumentais técnicos operativos utilizados pelos profissionais de Serviço Social e os desafios enfrentados na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa -PR

Pesquisador: Jussara Ayres Bourguignon

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 80485624.2.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.921.534

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

Os principais instrumentais técnicos operativos utilizados pelos profissionais de Serviço Social e os desafios enfrentados na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa -PR. Trata-se de um trabalho de Conclusão de Curso com objetivo geral de identificar os instrumentais técnico operativos utilizados pelas assistentes

sociais que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR e os principais desafios enfrentados pelas mesmas. Como objetivos

específicos apresenta: Descrever a Política de Educação; Caracterizar o Serviço Social Enquanto Profissão e a sua inserção na política de

educação e Compreender os instrumentais técnicos operativos utilizados pelas assistentes sociais na Política de Educação. Dessa maneira, a

metodologia de pesquisa é de natureza qualitativa, a qual utilizará o Estudo de Caso, a pesquisa bibliográfica, documental, a observação e a

entrevista semi-estruturada. O contexto em que a pesquisa de campo será desenvolvida é a Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa -

PR. Os participantes a serem convidados para a pesquisa serão os profissionais de serviço social atuantes na política de educação no ano de 2024.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (41)3233-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

Continuação do Projeto: 6.921.534

Os resultados da pesquisa de campo serão analisados a partir do instrumental de análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar os instrumentais técnico operativos utilizados pelos profissionais de serviço social e os principais desafios enfrentados na política de educação na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.

Objetivo Secundário:

Descrever a Política de Educação no Brasil; Caracterizar a Educação Fundamental do Município de Ponta Grossa - PR; Refletir Sobre o Serviço Social na Secretaria Municipal de Ponta Grossa - PR; Detalhar o Serviço Social Enquanto Profissão e a sua inserção na política de educação; Compreender os Instrumentais técnicos operativos utilizados pelos assistentes sociais na Política de Educação de Ponta Grossa - PR; Verificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais dentro da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Existe o risco de identificação dos profissionais que participaram da pesquisa, visto o número pequeno de assistentes sociais atuantes na área. Para minorar estes riscos será utilizado o termo de consentimento livre e esclarecido e a identificação dos profissionais através de códigos numéricos no tratamento dos dados.

Benefícios:

Contribuir para a prática profissional do assistente social na Política de Educação através da devolutiva dos resultados da pesquisa para a Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A motivação da pesquisa é oriunda da vivência de estágio supervisionado I no ano de 2023, tendo como campo a Secretaria Municipal de Educação.

O presente Projeto de Pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como objetivo geral identificar os instrumentais técnico

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900
 UF: PR Município: PONTA GROSSA
 Telefone: (41)3220-3282 E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Projeto: 6.921.524

operativo utilizados pelas assistentes sociais que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR e os principais desafios enfrentados pelas mesmas. Como objetivos específicos apresenta: Descrever a Política de Educação; Caracterizar o Serviço Social Enquanto Profissão e a sua inserção na política de educação e Compreender os Instrumentais técnicos operativos utilizados pelas assistentes sociais na Política de Educação. Dessa maneira, a metodologia de pesquisa é de natureza qualitativa, a qual utilizará o Estudo de Caso, a pesquisa bibliográfica, documental, a observação, a entrevista semi-estruturada, baseando-se nos cuidados éticos e a análise de conteúdo. Assim sendo, trata-se de uma pesquisa relevante para o Serviço Social, pois possibilitará a compreensão e aproximação da atuação das assistentes sociais na política de educação, para que os sujeitos aproximem-se dos principais instrumentais técnico operativos utilizados e os desafios enfrentados nas múltiplas questões que perpassam o cotidiano escolar. Pesquisa exequível e de interesse científico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos pertinentes foram apresentados em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900
 UF: PR Município: PONTA GROSSA
 Telefone: (41)3220-3262 E-mail: propessecretaria@uepg.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG**



Continuação do Parecer: 6.921.524

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2321232.pdf	07/06/2024 21:40:54		Aceito
Declaração de concordância	Termoanuencia.pdf	08/06/2024 18:47:00	Jussara Aynes Bourguignon	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/06/2024 18:43:56	Jussara Aynes Bourguignon	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	04/06/2024 13:13:00	Jussara Aynes Bourguignon	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	14/05/2024 17:14:13	Jussara Aynes Bourguignon	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosstopesquisa.pdf	14/05/2024 17:05:50	Jussara Aynes Bourguignon	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 01 de Julho de 2024

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (41)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

ANEXO B - TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Rua Valério Ronchi, n.º 55 – Uvaranas – Ponta Grossa – Paraná
CEP: 84030-320 - Telefone: (042) 3220-3130

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, **SIMONE DO ROCIO PEREIRA NEVES**, ocupante do emprego público de Secretária de Educação do Município de Ponta Grossa-PR, após ser informada sobre os objetivos da pesquisa intitulada "**Os principais instrumentais técnicos operativos utilizados pelos profissionais de Serviço Social e os desafios enfrentados na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa - PR**", integrante do curso de Serviço Social, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a ser realizada pelas pesquisadoras *Bruna Cordeiro Kreppi* e *prof. Dra. Jussara Ayres Bourguignon*, **AUTORIZO** a execução da mesma para realização da coleta de dados. Informamos que para ter acesso a instituição e iniciar a coleta dos dados, fica condicionada a apresentação da Certidão de Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa e o Parecer Consubstanciado, conforme Resolução CNS 466/2012, devidamente credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Caso necessário, como Instituição COPARTICIPANTE desta pesquisa, poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à rede de ensino, e/ou qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta rede. Declaro não ter recebido nenhum pagamento por esta autorização, bem como os participantes também não poderão receber quaisquer pagamentos.

LOCAL A SER REALIZADA A PESQUISA: Secretaria Municipal de Educação.

Ponta Grossa, 17 de Maio de 2024.


Prof.ª Simone do Rocio Pereira Neves

Secretária Municipal da Educação
Decreto nº 18.211 de 1º/01/2021

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

ANEXO III DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 015, DE 22 DE MARÇO DE 2011. FL. 01 DE 01

ANEXO III do Regulamento de TCC do Curso de Serviço Social.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Departamento de Serviço Social

Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Responsabilizo-me pela redação deste Trabalho de Conclusão de Curso, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha autoria estão citados entre aspas e está identificada a fonte e a página de que foram extraídos (se transcritos literalmente) ou somente indicadas fonte e página (se apenas utilizada a idéia do autor citado). Declaro, outrossim, ter conhecimento de que posso ser responsabilizado(a) legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 18 de Outubro de 2024.

Bruna Cordeiro Kreppi
Documento assinado digitalmente
 **BRUNA CORDEIRO KREPPH**
Data: 18/10/2024 14:53:50-0306
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

RA: 21002865